

O Onze de Agosto

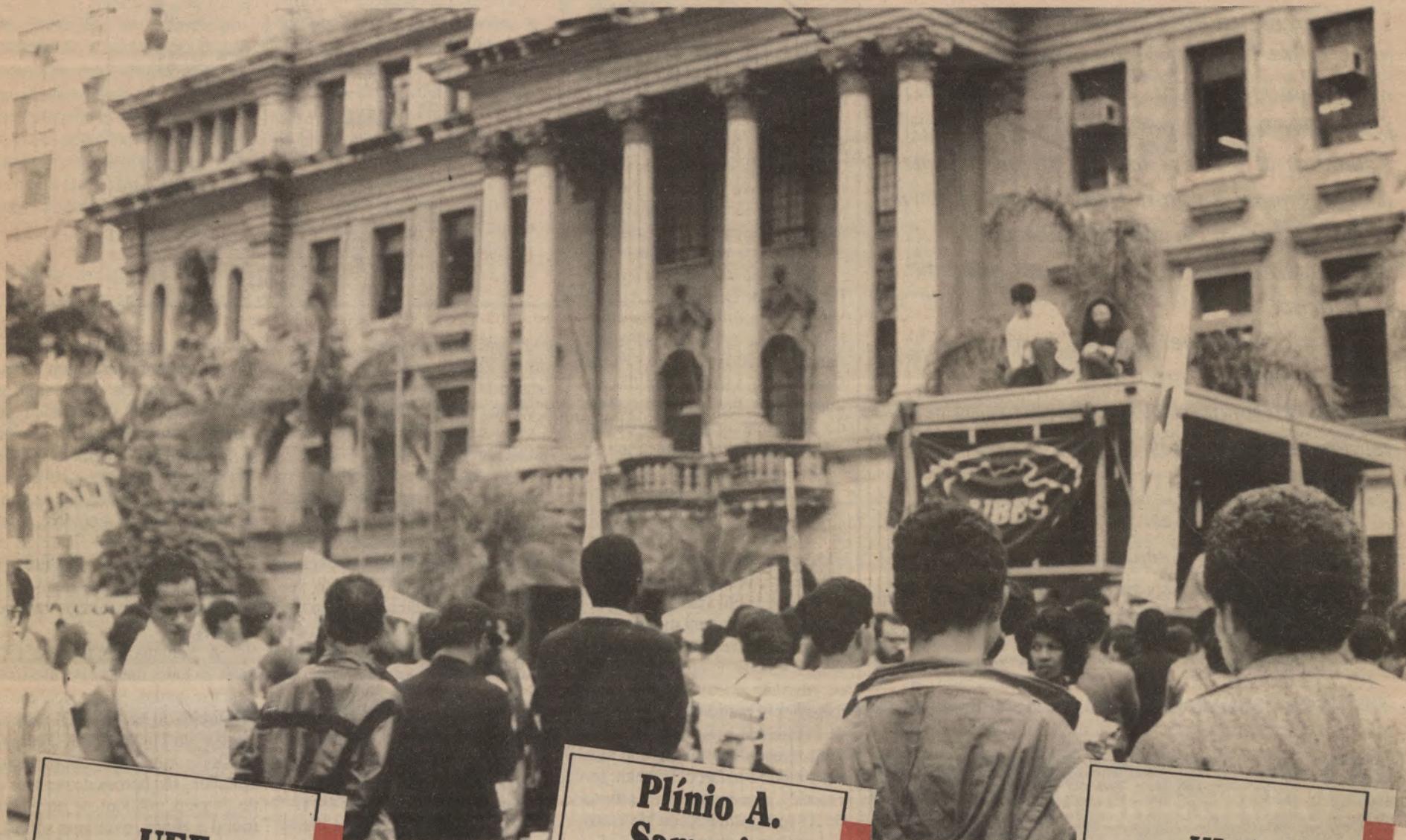
Órgão do Centro Acadêmico "XI de Agosto"

FACULDADE DE DIREITO DO LARGO SÃO FRANCISCO — USP

FUNDADO EM 1903

Nº 2 — Ano XC Novembro/93

C.A. "XI de Agosto"—História e Política



**UEE
Reestruturada
pág. 03**

**Plínio A.
Sampaio:
'Fome
de Cidadania'
pág. 09**

**XI de
Agosto
págs. 03 e 06**

**CAOS na
Casa São João
pág. 12**

**A queda
do
Lobo
pág. 10**

**Movimento
Estudantil
e Politização
pág. 07**



O XI faz 90 anos, o que esperar desta comemoração? Geralmente muitos textos enaltecendo grandes realizações, grandes campanhas, a nossa tradição etc. Porém este jornal parece trazer uma mudança de postura dos próprios alunos. A maioria dos artigos, antes de enaltecer o passado, preferiu discutir o presente e pensar o futuro.

Já temos tradição há pelo menos 100 anos, aliás é possível que a tradição seja a nossa maior herança. Repisá-la muitas vezes pode parecer uma postura cômoda e inerte. Relembra-la e revivê-la com novos enfoques é algo sempre salutar. Usá-la como elemento (entre outros) para analisar nossa conjuntura e perspectiva é quase que uma obrigação.

Dentro dessa perspectiva temos o presente número que traz questões importantíssimas como a eleição para reitor, mudanças estruturais do XI e principalmente discussões políticas.

Esperamos que este "pensar o presente e planejar o futuro" seja uma constante mais do que no jornal, no próprio País e que este seja um canal sempre aberto a veicular as diferentes idéias e propostas que usem a melhorar o XI, o País...

O Onze de Agosto

Órgão do Centro Acadêmico "XI de Agosto"

Conselho Editorial:
BEYLA ESTER FELLOUS
ALESSANDRO MAURO THOMAZ DE SOUZA
FÁBIO MACIEL
LEONARDO SICCA
MÁRCIO GRANDCHAMP
MARTIM DELLA VALLE
SAMUEL RODRIGUES BARBOSA

Digitador:
TONINHO

Desenhos:
ALESSANDRO

Foto:

Fachada da Faculdade de Direito da USP (Largo São Francisco) com manifestação estudantil a favor do impeachment do então presidente, sr. Fernando C. de Mello.

"O ONZE DE AGOSTO" é o Jornal Oficial do Centro Acadêmico "Onze de Agosto".

R. Riachuelo, 194

Tel.: 239-3077 (ramais 481 e 482)

Fax: 239-3970

Diagramação:
Paulo Cesar da Silva

COMPOSIÇÃO, FOTOLITOS E IMPRESSÃO:

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP



O Acadêmico de Direito nas origens de Brasília

Nas comemorações do XC ano da fundação do Centro Acadêmico XI de Agosto, os acadêmicos de Direito devem ser lembrados por sua participação pioneira na jornada do ontem para o futuro, que desbravou os sertões da geografia brasileira, Brasília.

A Semana Nacional Mudancista é uma das mais belas páginas da história do Centro Acadêmico XI de Agosto, do Centro Acadêmico XI de Maio (de Goiás) e da universidade brasileira. (A palavra mudancista é um neologismo dos propugnadores da mudança, Sebastião de Araújo e Paulo de Azevedo Marques.)

Realizou-se, na tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, a velha e sempre nova faculdade, por iniciativa dos referidos centros acadêmicos de Direito nas origens de Brasília, de importância fundamental e fator decisivo para mobilizar a opinião pública em favor da mudança da Capital para o Planalto Central.

A finalidade do conclave era contribuir, de modo inquestionável e honesto, para a concretização de um imperativo constitucional que atravessou toda a história da vida republicana. "A mudança da Capital Federal implica acurados estudos econômicos, políticos e sociais. O aproveitamento de regiões incultas do Brasil tornar-se-á realidade. À juventude brasileira, portanto, está confiado o magno problema, que vem desafiando o esforço de tantas gerações", proclamava o manifesto do XI de Agosto e XI de Maio aos universitários brasileiros.

Integram a organização de honra da Semana Mudancista o presidente Juscelino Kubitschek; os governadores de então, Jânio Quadros e José Ludovico de Almeida; o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara Federal; os magníficos reitores Alípio Correa Neto, Emílio José Sallim; Henrique Pegado e Paulo de Tarso Campos. Os empresários foram representados por seus líderes Lídio Lunardi, Iris Meinelberg, Brasília Machado Neto, Antonio Devisate, Roberto Carvalho Vidigal e Geremia Lunardelli.

Políticos de mais alta expressão, ministros, OAB, UNE, reitores e universitários de todo o país prestigiaram o evento. As teses e debates mereceram ampla divulgação, por toda imprensa. Notável foi a participação, na organização, dos professores Pinto Antunes, Gama e Silva, Siqueira



Ferreira, Ernesto Leme, Goffredo Telles Jr., Ataliba Nogueira, Mario Marzagão, Miguel Reale, Colemar Natal e Silva, Ernani Cabral Loyola Fagundes e Jerônimo Queiroz.

As teses dos universitários versaram sobre temas de grande atualidade no âmbito da História, do Direito, da Economia, da Engenharia, Arquitetura, Urbanismo e da Sociologia. O curso de extensão universitária "Problemas da Mudança da Capital", promovido pela Universidade de São Paulo, foi ponto alto da Semana Mudancista. Conferencistas do curso foram Israel Pinheiro, presidente da Novacap; Pedro Calmon, magnífico reitor da Universidade do Brasil; Celso Melo Azevedo, prefeito de Belo Horizonte; José Augusto Bezerra, presidente do Conselho Nacional de Economia; deputado federal Herbert Levy, senador Jerônimo Coimbra Bueno; os professores Miguel Reale, Colemar Natal e Silva, e o ministro Clóvis Salgado.

Durante a Semana Mudancista foi planejada, com a Fundação Coimbra Bueno, a Jornada Bandeirante Brasília-Santos, tendo por objetivo a implantação do primeiro polígono de asfalto do Brasil, baseado na rota dos bandeirantes rumo ao Oeste. A estátua à Justiça, de autoria de Alfredo Ceschiatti, localizada na Praça dos Três Poderes, que seria um grande monumento a ser doado à Nova Capital pelo povo de São Paulo e de Goiás, foi iniciativa da Semana Mudancista.

A Semana Mudancista, nas palavras do presidente Juscelino, foi efetivo, independente e desinteressado apoio da universidade e

dos jovens acadêmicos para mudar a Capital Federal para o Planalto Goiano. Os universitários brasileiros, sob a liderança do Centro Acadêmico XI de Agosto e do Centro Acadêmico XI de Maio, foram o rosto e os protagonistas da História, que se funde no bronze a na memória, a caminho dos séculos.

Quando Brasília era "um debate e um enigma, um sonho e um conflito, os jovens acreditaram no amanhã".

A Semana Mudancista foi, antes de tudo, uma opção idealista pela nacionalidade. As faculdades de Direito do Largo de São Francisco e da Universidade Federal de Goiás, e os seus centros acadêmicos, são berços de mestres e de homens públicos de grandeza moral e cívica, e de uma só vez.

O governo do Distrito Federal, na pessoa de seu líder José Aparecido de Oliveira, no dia 11 de agosto de 1987, homenageou o Centro Acadêmico XI de Agosto e o Centro Acadêmico XI de Maio, "realizadores pioneiros, em nome dos estudantes de Direito de todo o País, de movimento universitário que levou à mudança da Capital para o coração do Brasil".

O Centro Acadêmico XI de Agosto inscreveu-se na pré-história de Brasília. Não transigiu com a Constituição. Fez-se a Capital da Esperança!

PAULO DE AZEVEDO MARQUES — Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto e da Semana Nacional Mudancista em 1956. — Juiz Classista do TRT 2ª Região. — Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo

Reconstruindo a União Estadual dos Estudantes

Representação de todos os estudantes universitários de São Paulo. Este foi o principal motivo da criação da UEE (União Estadual dos Estudantes), cujo primeiro dirigente foi o ex-presidente do XI Rogê Ferreira.

Irmanada desde sua fundação com os ideais da melhoria das condições de vida da população do Estado e do Brasil como um todo, a UEE teve papel de destaque em inúmeras lutas populares como a campanha do petróleo é nosso, da mudança da capital para o Planalto Central, das reformas de base, dentre outras.

Essa tradição de lutas não poderia ser tolerada pelo regi-

me ditatorial instaurado pelo golpe militar de 1º de abril de 1964. Através do decreto-lei nº 228, o Ministério Público pediu sua dissolução.

Em 1978, com a abertura política, a UEE tentou se reestruturar, juntamente com todos os órgãos do movimento estudantil — vítimas da intolerância do regime. Entretanto, a UEE não foi bem sucedida em seu ressurgimento. Sem nenhuma infra-estrutura, as entidades estavam totalmente desorganizadas. O Conselho Estadual das Entidades não conseguia quórum para se reunir, tendo a diretoria simplesmente abandonado o trabalho de coordenação dos estudantes paulistas. O aparelhismo que passou a dominar a política es-

tudantil fez com que a entidade se afastasse cada mais dos estudantes, esquecendo-se do motivo que a criou em 1949 — a representação de todos os estudantes do Estado, sem diferenças por motivos político-partidários. Sem nenhum respaldo dos estudantes, a UEE se extinguiu sem nenhum alarde em 1984.

Com o ressurgimento da importância política do movimento estudantil na sociedade, torna-se inadmissível que os estudantes de São Paulo (estado que concentra 50% dos universitários do país) não tenham uma entidade para representá-los e articular a luta por um ensino melhor e de qualidade e pelas reformas sociais necessárias.

A direção da UEE deve ser suprapartidária, já que experiências passadas mostram que o aparelhismo foi causa determinante para o insucesso desta importante entidade.

Nesse sentido estamos, já há algum tempo, trabalhando com o intuito de reconstruirmos uma UEE nova e que tenha como principal diretriz a melhoria do ensino e por reformas políticas no estado e no país.

Este trabalho, acima referido, já está trazendo algumas realizações práticas, prova disso foi o sucesso nos Conselhos Estaduais de Entidades, realizados em Campinas e Araraquara, onde uma nova força política no movimento estudantil começou a participar das

discussões. Um movimento independente, suprapartidário, cujo interesse maior é defender a reconstrução desta entidade e todos os benefícios que ela trará para os estudantes do estado.

As cartas estão na mesa, o Congresso de Reconstrução da UEE será realizado entre os dias 22 a 24 de outubro próximos em Campinas (Ginásio de Esportes da Unicamp). Todos devem participar da eleição para delegados e estarem presentes no evento para engrandecê-lo ainda mais.

CÉSAR AMENDOLARA 2NI, FÁBIO CESNIK 2DI, FÁBIO MACIEL INI, MÁRIO MARTINELLI 3DI, LEONARDO SICCA 2NP.

O exemplo do Centro Acadêmico XI de Agosto

Vivemos, hoje, um dia grande deste nosso São Paulo de imensidões. Só não é o maior porque a História desta Terra é toda uma seqüência de muitos dias maiores. Foi naquele 11 de agosto de 1903 que foi fundado o Centro Acadêmico XI de Agosto. É o mais antigo do Brasil. Pedro Dória foi o seu primeiro presidente e Fábio Ribeiro dos Santos o atual.

O Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, tem influenciado profundamente a formação cultural, cívica e política da juventude universitária e as decisões da vida pública brasileira. Há nove gloriosas décadas a História da própria Universidade de São Paulo é como a História de São Paulo, não mais se per-tencendo.

É patrimônio de São Paulo, pois é detentor da mais pura tradição bandeirante de dignidade, trabalho, cultura e decência. O espírito acadêmico é composto, no retrato e no espectro da Academia, por professores, alunos, pelo ensino e pelo estudo, pela prosa, pela poesia e pela oratória; é composto pela "baixaria", pela chalaça, pela "canalhice", pelas canções acadêmicas, pelo romance, pela amizade, pela solidariedade, pelas atitudes dos acadêmicos, pela Tradição e pela dignidade da Faculda-

de, sob o mistério do onipresente. Centro Acadêmico do Território Livre, das sociedades secretas, da Bucha e dos "bucheiros", das Ordens Acadêmicas, dos Mestres da Academia, dos estudantes e dos nomes queridos dos alunos, das boêmias notívagas e românticas, de todas as amizades, dos gestos de rara grandeza, da imprensa acadêmica, dos poetas e dos grandes tribunos. Centro Acadêmico das gloriosas campanhas pelas grandes causas da nacionalidade, das lutas pelo Direito e pela Liberdade; da resistência moral às ditaduras, das campanhas contra os mercadores de ensino jurídico, da presença pioneira na pré-história de Brasília, com a Semana Nacional Mudancista, marco histórico e definitivo para a transferência da Capital Federal para o planalto goiano.

Centro Acadêmico que, com o lema "ridendo castigat mores", teve gestos ímpares e altaneiros de rara coragem moral, vivendo os seus grandes dias ao lado do povo, como seus legítimos defensores, combatendo a incapacidade administrativa e corrupção. Centro Acadêmico que, com o exemplo pessoal de Mestres de inteireza moral da sua Faculdade, manteve imaculadas a vergonha, a decência e a coragem cívica, vendo os seus

poetas não só empunharem as líras e seus oradores a palavra, mas derramaram o próprio sangue na Epopéia Constitucionalista de 1932. Centro Acadêmico cujos diretores foram Presidentes da República, Presidente do Congresso Nacional, Ministro de Estado, Ministro do Supremo Tribunal, Representante do Brasil na Corte de Haia, Governadores de Estado, Magníficos Reitores da USP, Professores Universitários, Cientistas, Magistrados, Profissionais Liberais e Empresários do melhor coturno.

O Centro Acadêmico XI de Agosto mantém, até hoje, o fascínio e a atração que a Faculdade de Direito exerce sobre as gerações que nela se laurearam, como Escola da ciência e de civismo. Centro Acadêmico do passado, do presente e do futuro, em um só grande momento da nossa existência.

Todos os movimentos, todas as revoltas, todos os gestos dos acadêmicos refletem o cumprimento do compromisso que os jovens têm com a herança cultural da Universidade de São Paulo. No momento em que os universitários de hoje dialogam, discutem, examinam, confrontam, pesquisam, em busca de perspectivas certas para a grandeza do nosso

futuro, a História do Centro Acadêmico XI de Agosto é um instrumento de pesquisa e de exemplo de gerações que não foram buscar seus modelos fora da sua Faculdade e da sua Universidade.

Caso o Brasil, algum dia, viva fase vergonhosa, de omissão, de neutralidade e indiferença, onde o embuste e a verdade se confundem; em que todos os fins justifiquem os meios e a compra de consciência; nos momentos em que a presença onipotente do Estado reduza o homem a mero átomo, ameaçando o Estado de Direito; nos momentos em que a crise da moral, da honestidade e a crise avassaladora da dignidade humana exigir atitudes de grandeza, o Centro Acadêmico XI de Agosto sempre foi e será exemplo de instituição retilínea, íntegra, quais forem as raízes políticas dos seus dirigentes. É exemplo de fé, de esperança e de confiança nos designios da Nação, pois não sabe assistir impassível e resignado aos momentos tétricos e humilhantes da vida pública e privada brasileira.

A presença magnânima do Centro Acadêmico XI de Agosto na História de São Paulo, como outrora, cômico das suas responsabilidades, será contribuição decisiva para futuro menos sombrio, iluminado pelo Direito que se funde no Eterno. E, como sempre, sabe-

rá colocar-se na vanguarda de outras Instituições, que se opõem à negação dos princípios básicos da Democracia, da destruição das Instituições democráticas e à marcha fúnebre das tiranias.

A gloriosa História do Centro Acadêmico XI de Agosto, nonagenário jovem, merece e deve ser escrita e publicada. Será a História dos Moços, é a História da Universidade que não transigiu com as ditaduras, que não se acovardou e não se acovarda, que não se corrompeu e não se corromperá com os sestércios dos déspotas. Será a História de quem não aceita humilhações; será a História de quem tem História para as futuras gerações. Em época tão desprovida de valores, de maus exemplos, de voracidade troglodita, do crime organizado e endeusado e da impunidade oficializada, sob as vistas dos cúmplices e a perplexidade humilhante dos homens de bem, a publicação, por certo, será medida oportuna e digna de aplausos. Tem a palavra a Vê-lha e sempre Nova Academia!

PAULO DE AZEVEDO MARQUES — Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto em 1956 — Juiz Classista do TRT, da 2ª Região — Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo.

Romper com o imobilismo

Non Ducor Cogito

No último fim de semana de agosto, aconteceu em Goiânia a primeira reunião da nova gestão da CONED, a Coordenação Nacional dos Estudantes de Direito. Durante as discussões, de repente as posições se resumiram a dois tipos de discurso, que de forma impressionante se adequavam perfeitamente à discussão travada hoje em relação ao XI: de um lado, "a CONED deve tomar posições após ouvir os seus representantes e os Centros Acadêmicos"; de outro, a oposição diz que "a CONED deve tomar posições e ser mais política" semelhança com a nossa realidade não é mera coincidência.

Há um grande mito generalizado no Movimento Estudantil de hoje, em qualquer nível. Este mito expressa-se na idéia de que sempre deverá haver uma elite dirigente, ou seja, alguém deve sempre se apresentar como condutor das lutas estudantis para que então se pense no que fazer. Espera-se que alguém levante uma bandeira, espera-se que alguém tome posicionamento, espera-se que alguém "levante a discussão", mas nunca pensamos em fazê-lo nós mesmos. O fato é que esperamos ser liderados.

Tal pensamento gera uma apatia política generalizada e disseminada. Logicamente, se aqueles em que deposito a minha confiança para serem meus dirigentes pensam e tomam posições por mim, por que devo me preocupar com isso? Toma-se uma posição passiva perante a realidade. O único trabalho que se tem é simplesmente escolher, dentre os projetos apresentados pelas "lideranças", o que mais agrada.

Este pensamento tem sua correspondência direta na postura das entidades estudantis. Os próprios Centros Acadêmicos, assim, podem ser "dirigentes" dos anseios estudantis ou "coordenadores" dos mesmos, de acordo com os dois principais projetos de gestão que se apresentam hoje no XI. Creio que o leitor saberá distingui-los e identificá-los com a exposição a seguir.

No primeiro caso, o "dirigismo, cria-se o discurso e a ilusão de que o Centro Acadêmico deve ser ativo, tomar posições, ser dinâmico e que está sempre defendendo os interesses dos alunos, onde quer que esteja. Geralmente, toma-se como mote principal uma bandeira política de grande apelo popular, de fácil assimilação, mas vaga o suficiente para não querer dizer muita coisa (como as diretas aqui e acolá). Só que a iniciativa da discussão parte só da entidade estudantil, ou melhor, de seus diretores. Para aqueles que esperam lideranças, esta concepção cai perfeitamente bem; deixa-se que a entidade tome posições, enquanto possa de "politizado" por entender o que a entidade está defendendo. Afinal, o Centro Acadêmico "chamou a discussão". Só que uma discussão de fachada, que na verdade aposta na despolitização para que a elite dirigente continue intocada.

A segunda concepção tem muito menos apelo popular do que a primeira, por ir diretamente contra o dogma do "dirigismo". Reside no fato de que não é o Centro Acadêmico o único responsável pelo surgimento da discussão política na Faculdade e que os alunos têm uma grande (senão a



maior) parcela de responsabilidade por esta discussão. Por mais inusitado que isto possa parecer, basta lembrar que um Centro Acadêmico é órgão de representação dos alunos. Para isso, logicamente deve haver interesses que o Centro Acadêmico representa; interesses que devem existir previamente ao próprio Centro Acadêmico, são necessariamente distintos dele e que lhe dão a sua própria razão de existência. Não se pode representar a si próprio, muito menos esvaziar a representação defendendo idéias alheias que não existem. O Centro Acadêmico toma para si o papel de coordenador da discussão política da Faculdade, que deve surgir do próprio convívio acadêmico, com uma postura ativa dos estudantes em função da realidade que os cerca. O Centro Acadêmico atinge duplamente suas funções política e de representação. Só que, logicamente, a discussão deve surgir primeiro entre os estudantes.

Este segundo posicionamento é sem dúvida muito mais democrático do que o

primeiro. Garante o pluralismo, enquanto o primeiro reside na visão monolítica de política. Garante que o Centro Acadêmico seja discutido sempre e não somente em época de eleições. Garante a democratização de todas as decisões, contra a pura e simples permissão para uma gestão fazer o que quiser porque fora eleita para tal. Garante, enfim, que o pólo produtor de discussões políticas não seja o Centro Acadêmico, mas sim o convívio dos estudantes, restando ao Centro Acadêmico a função de coordenar as discussões e assumir as posições preponderantes externamente. Cabe ao Centro Acadêmico, assim, organizar fóruns de discussão, como Congressos, que tirem resoluções e dêem uma linha política a uma gestão que deva implementá-la. A diretoria passa a ser simplesmente executiva, em vez de dirigente. Executaria o que os estudantes determinassem.

O desinteresse pela política estudantil, infelizmente, abre as portas para a concepção dirigista do XI.

Freqüentemente ouvem-se críticas como "não gosto de nenhum das duas chapas", ou "vou votar em fulano só porque é menos pior que beltrano". Mas faltam iniciativas que rompam com o imobilismo e que canalizem a insatisfação para algo positivo, como se não tivessem responsabilidade nenhuma. Por que não apresentam algo novo? Onde está o potencial criativo e de debate dos estudantes? Faltam sugestões, posicionamentos críticos individuais e, acima de tudo, grupos políticos que visem realizar e aprofundar discussões e que não visem somente a ter em suas mãos o aparelho do XI. Falta, antes de mais nada, Política bem intencionada, com P maiúsculo, que tenha por objetivo melhorar o ensino da faculdade, dar nova razão de existência ao movimento estudantil e melhorar a nossa sociedade.

O XI necessita deste espírito para continuar o seu desenvolvimento e não retroceder na sua evolução dos últimos anos. A concepção do XI como coordenador das lutas estudantis leva sem dúvida a um Centro Acadêmico ativo, participante e político, ao mesmo tempo que adquire a importante característica de respeitar o processo democrático e não se resumir a uma representação vazia. Só que a próxima etapa deste desenvolvimento exige uma única atitude: o rompimento com o imobilismo. Senão, a partir do ano que vem estaremos fadados a ver um XI cada vez mais obscuro e distante pela falta de discussão. E isso acontecerá, pouco importando quem estiver na diretoria.

FÁBIO RIBEIRO
DOS SANTOS

5º ano (empresas)

Não vamos nos desviar do caminho

Temos visto ultimamente velhos fantasmas ressuscitarem do passado. Desde a redemocratização, nunca se falou ou se "ouviu falar" tanto na possibilidade de haver um golpe de estado. No dia 23 de setembro último, o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, declarou que, caso o candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, vencesse as eleições de 94, haveria um golpe, no máximo 5 meses depois de início do seu mandato. Queremos deixar bem claro que não estamos discutindo neste artigo nenhuma preferência a este ou àquele candidato, mas o absurdo de se desrespeitar um dos fundamentos básicos de qualquer democracia. Em um país democrático, o candidato é eleito pelo povo, toma posse e governa até o último dia de seu mandato previsto em lei. Isso só não ocorre se o eleito renunciar, falecer ou for impedido pelo Congresso Nacional em processo de impeachment. Além dessas alternativas não existe qualquer outro modo legal ou democrático de tirarmos os nossos governantes.

Entretanto, o que o governador Antônio Carlos Magalhães disse não é novidade no Brasil. Grupos de interesse e de pressão, desgostosos com o resultado das eleições, fizeram de tudo para derrubar alguns governos, com a lei, se possível; sem ela, se necessário. Podemos utilizar como exemplo o período democrático que vai de 1945 a 1964, onde esses grupos de interesse, aliados a um partido, a UDN (União Democrática Nacional, agremiação que incluía entre seus integrantes o atual governador da Bahia), desrespeitaram tanto o jogo democrático, que desembocamos no pior e mais longo período ditatorial de nossa história.

Na primeira eleição depois do fim do Estado Novo já havia ameaças de golpe. A UDN lança o brigadeiro Eduardo Gomes, ameaçando que, se ele não vencesse, as forças armadas interviriam. Os partidos que apoiavam o presidente Getúlio Vargas, o PSD (Partido Social-Democrático, não confundir com o PDS, de mal-fadada memória e com o atual partido homônimo) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, também sem nenhuma relação com o partido atual homônimo) foram buscar na candidatura do Ministro da Guerra, o Marechal Eurico Gaspar Dutra, a garantia de que, se ganhassem, os resultados das urnas seriam respeitados e não ocorreria nenhum golpe.

No final do Governo Dutra começa a crescer o movimento que levaria Getúlio Vargas de volta ao poder. A UDN prega o golpe, batendo às portas dos quartéis. O então jornalista Carlos Lacerda, porta-voz do pensamento udenista, declara: "O Sr. Ge-

túlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar". Apesar de toda a agitação provocada na imprensa (praticamente todos os meios de comunicação da época estavam contra Getúlio) e nos meios militares, Getúlio vence as eleições. A UDN resolve, então, alegar que a eleição não era válida, pois Getúlio não havia obtido a maioria absoluta dos votos (o que não era exigido pela Constituição de 1946). Refutada juridicamente essa tese, teve início uma intensa conspiração entre a UDN, setores econômicos e militares que ocasionou uma de nossas maiores tragédias políticas: o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954.

O jornalista Carlos Heitor Cony descreve com maestria no livro "Quem matou Vargas" (Bloch Editores S/A, 1974) as "Etapas de uma sucessão presidencial (quando há):

1 — Tese da prorrogação do mandato do presidente. O país não comporta as incertezas de uma luta eleitoral. A continuidade administrativa exige. Exemplo dos Estados Unidos.

2 — Candidato de união nacional. Um nome alto, acima dos partidos e debaixo do paletó do presidente, ou seja, no bolso do colete.

3 — Reforma da Constituição no capítulo das inelegibilidades. Não só o presidente como os congressistas terão mandatos ampliados, dada a situação difícil que o país atravessa.

4 — Impugnação no Tribunal Eleitoral do candidato que vai ganhar as eleições. Descobre-se que o candidato que vai ganhar as eleições comprou os votos dos comunistas e prometeu enviar ao Congresso mensagem propondo o divórcio.

5 — O candidato que vai ganhar a eleição ganha a eleição e os derrotados pedem recontagem dos votos.

6 — Tese da maioria absoluta. O país não pode ser governado pela minoria que sufragou o nome do candidato eleito.

7 — Recurso no Tribunal Eleitoral contra a diplomação do eleito, com base no incidente ocorrido no 5º distrito da 13ª circunscrição de Mato Grosso, onde um cabo da polícia, visivelmente embriagado, deu um tiro na urna eleitoral.

8 — Manifesto de generais aconselhando que não se dê posse ao candidato eleito. Outro manifesto de generais dizendo que as forças armadas acatarão o sobe-

rano resultado das urnas.

9 — Posse. O presidente que sai sente-se honrado em transmitir o cargo a um candidato de tantas virtudes e o presidente que entra afirma que está desvanecido pelo fato de receber a faixa presidencial das mãos honradas do presidente que sai.

10 — O presidente que entra manda abrir devassa contra a administração anterior e o presidente que sai entra a conspirar".

Após a morte de Getúlio, assume o vice, Café Filho, conivente com o esquema conspiratório contra o seu antecessor. Apesar de estar no governo, a UDN precisaria garantir a sua continuidade no poder, pois o mandato de Café Filho duraria até janeiro de 1956. Surgem as candidaturas do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, do PSD, à presidência e de João Goulart, herdeiro político de Getúlio, do PTB, à vice-presidência. O presidente Café Filho tentou de tudo: candidato único, veto militar, mudanças nas regras eleitorais, mas não conseguiu impedir a eleição de Juscelino. A UDN utiliza novamente a teoria da maioria absoluta. Sem êxito, volta a conspirar e a pregar o golpe. Lacerda declara: "Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, nem tomarão posse". Articula-se um esquema golpista para impedir a posse de JK. Café Filho "adoeceu" repentinamente, passando o poder para o Presidente da Câmara, Carlos Luz, ligado aos golpistas. Era preciso retirar o único obstáculo: o marechal Henrique Lott, ministro da Guerra e defensor da legalidade. Ao ser demitido, Lott percebe a trama e, comandando o exército, ocupa por duas vezes o Rio de Janeiro, nos dias 11 e 21 de novembro de 1955, depondo Carlos Luz; empossando o Presidente do Senado, Nereu Ramos, na Presidência; impedindo a volta de Café Filho (que, de repente, ficou plenamente restabelecido) e garantindo a posse dos eleitos.

Com exceção de duas rebeliões da aeronáutica, o governo de Juscelino, garantido pelo Marechal Lott, foi de relativa tranquilidade institucional. Nas eleições presidenciais, a UDN resolve participar com um elemento de fora, o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, que vence o candidato situacionista, o Marechal Lott. E, pela primeira vez, apesar do derrotado ter sido um militar, não se fala em golpe para impedir a posse dos eleitos. Parecia que todos haviam se adaptado às regras democráticas. O otimismo era tanto que, no dia da posse de Jânio e Jango (reeleito para a vice-presidência), Juscelino declarou: "Está conso-

lidada, entre nós, a democracia..."

Ledo engano... Jânio renunciou em agosto de 1961, numa tentativa frustrada de obter mais poderes do Congresso. Jango estava em viagem oficial à China, assumindo o Presidente da Câmara, Ranieri Mazzili. A UDN volta a conspirar e os ministros militares declaram que não darão posse a João Goulart. As tropas sediadas no Rio Grande do Sul exigem a posse de Jango. Parecia próxima a guerra civil. Buscando a conciliação, o PSD propõe uma emenda parlamentarista, que é aprovada pelo Congresso. Jango assume, mas não governa. Em 1963, um plebiscito restaura o presidencialismo. A UDN rearticula a conspiração com os militares, incentivada por poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros. O desfecho dessa conspiração é o golpe militar de 1964.

Deposto Jango, a UDN toma o poder através dos militares. Num primeiro momento são cassadas as grandes lideranças civis nacionais do PSD, PTB e outros partidos (como Juscelino, Jango, Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes etc.). Mas os militares não permitiriam tão cedo a volta do Poder Civil e, vítima do próprio golpe, a UDN não chega à presidência, sendo relegada a prestar assistência aos militares nos ministérios e a referendar suas propostas no Congresso. Extintos os partidos, em 1965, praticamente todos os udenistas (inclusive Antônio Carlos Magalhães) ingressam na governista ARENA, junto com congressistas fisiológicos do PSD e PTB. Os outros integrantes do PSD e do PTB que não foram cassados ingressaram no MDB.

No início do Governo Figueiredo, a ARENA torna-se PDS e o MDB se divide em vários partidos, o principal dos quais o atual PMDB. A sociedade pressiona para que ocorram eleições diretas para presidente. Mas a Câmara, cuja maioria era do PDS, rejeita por 22 votos a Emenda Dante de Oliveira. A oposição resolve, então, lançar um candidato à presidência no colégio eleitoral. O escolhido é o governador de Minas, Tancredo Neves. Os descontentes com a candidatura de Paulo Maluf resolvem apoiar Tancredo e, demagogicamente acabam criando o PFL (Partido da Frente Liberal) e posando de "defensores da democracia". Existiram rumores de golpe, mas, felizmente, não passaram de rumores.

Após a malograda posse de Tancredo, não houve mais boatos rumorosos sobre a eventualidade de um golpe. Mesmo nos dias da

luta pelo impeachment de Collor (quando todos sabiam que os militares não estavam alheios à situação), essa hipótese não foi seriamente levantada. A democracia parecia consolidada ao se despachar um presidente corrupto por métodos democráticos previstos na Constituição. E nos vem Antônio Carlos Magalhães falar em golpe!

Muitos dirão que isso é decorrência do sistema presidencialista que vigora no Brasil. Entretanto, temos certeza absoluta de que se pregaria o golpe mesmo com o parlamentarismo. O problema está no desrespeito de nossas elites e classe política às regras da democracia. Em qualquer regime democrático, alguns ganham eleições e outros perdem. E não seria apenas porque fulano perdeu a eleição que ele passaria a conspirar para derrubar o governante. A democracia tira a sua força do debate e as correntes oposicionistas exercem um papel primordial ao fiscalizar e sugerir atos para o governo. O papel da oposição é este: denunciar o que está errado e ajudar a encontrar o caminho certo, e não conspirar para derrubar o presidente. Não podemos repetir os erros do passado. Por mais que a redemocratização tenha sido uma sucessão de grandes esperanças e frustrações (campanha das "diretas-já!", rejeição da Emenda Dante de Oliveira na Câmara, eleição de Tancredo Neves, morte de Tancredo, Plano Cruzado, Constituição de 1988, eleições presidenciais em 1989 e impeachment de Collor), isso de modo algum desvirtua o regime democrático. Aqueles que pregam a volta da ditadura, justificando-se com a desculpa de que o povo não sabe votar (com essa desculpa, ficamos mais de 20 anos sem eleições diretas para presidente) e de que na época dos militares tínhamos mais dinheiro, se esquecem (propositalmente ou por ignorância) de que a atual crise é consequência direta da política nefasta implantada pelo regime militar, que acabou destroçando o Estado brasileiro de tal forma que até hoje não se recuperou. Inflação, corrupção, incompetência administrativa. Tudo isso foi originado no período da ditadura, consequência da desonestidade, incapacidade e falta de ética e de preocupação social dos governos militares e seus apaniguados civis. Só encontraremos realmente as soluções para o País, só influenciaremos para melhorar os destinos do Brasil na democracia. "Fora da democracia não há salvação." Não vamos repetir os erros do passado, que nos custaram tanto. O que devemos é seguir o sábio conselho de Tancredo Neves e continuar a trilhar no "bom e velho caminho democrático".

GILBERTO BERCOVICI — 2º DI

Por ocasião dos 90 anos do XI

Comemorando-se o nonagésimo aniversário do Centro Acadêmico "XI de Agosto", é inevitável uma reflexão acerca não apenas de fatos marcantes de sua história, em muitos momentos entrelaçada com a história do Brasil ou de São Paulo, mas também de possíveis causas dessa longevidade.

Nesse sentido, algumas idéias surgem de imediato. Em primeiro lugar, há que se observar que o XI não haveria atingido tal marco se tivesse limitado seus horizontes, seus objetivos de vida, à idéia falaciosa de movimento estudantil, essa ficção que de tempos em tempos é revigorada por "lideranças", notadamente comprometidas com ideologias e interesses políticos partidários, em nada mais consistindo do que no aproveitamento da força e da vontade próprias da juventude dos estudantes para a busca de seus fins, sem parar muito para refletir no interesse nem dos próprios estudantes, nem da sociedade em geral.

É importante esclarecer que não se está afirmando que os estudantes não têm discernimento suficiente a ponto de serem tão facilmente manobrados: tanto o têm, que dos membros atuantes do "movimento estudantil", apenas uma fração numericamente ridícula é composta de estudantes de verdade.

E não se deve iludir, pensando que em manifestações grandiosas, como as que levaram milhares de pessoas às ruas para fazer valer sua garantia constitucional contra um presidente que provavelmente cometera crimes comuns e de responsabilidade, estavam atuando estudantes organizados em movimento; de acordo com as idéias que já tive oportunidade de expressar no número anterior desse jornal, tratava-se então de manifestações de cidadãos brasileiros. A verdadeira atuação do "movimento estudantil", evidenciando a imbecilidade de seus líderes e a desvirtuação de seus propósitos, mostra-se em tristes episódios como o que teve lugar recentemente em frente do Bovespa, durante a venda das ações da Cosipa; lá, pôde-se claramente verificar que o mais "estudante" da manifestação deveria estar em vias de se graduar num curso de stalinismo por correspondência (com grandes chances, porém, de ser reprovado por incompetência) e que os interesses defendidos não passavam de plataforma de alguns partidos

políticos freqüentemente rechaçados pelas urnas (o que de forma alguma justifica a truculência policial, espelhando fielmente a mentalidade de alguns de nossos governantes).

Em segundo lugar, outra causa para a longa e bem sucedida vida do XI, na verdade a causa principal e da qual a primeira acima mencionada é corolário, é o fato de o XI nada mais ser do que órgão de representação dos alunos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Dessa forma, reiterando idéias que já pude manifestar na edição anterior desse jornal, deve o XI atuar basicamente do seguinte modo: internamente na São Francisco, a) dando força a reivindicações dos alunos face à faculdade, b) estimulando o debate político de idéias, e c) prestando serviços aos alunos; e externamente, a) prestando serviços à sociedade e b) externando as idéias debatidas internamente na faculdade pelos alunos.

Fica claro que o XI não é uma entidade com vida própria, desvinculada de seus representantes; não tem iniciativa, não tem idéias próprias, mas sim pensa com a cabeça dos alunos e age conforme eles queiram. Assim sendo, não há que se confundir a vontade e as idéias do XI com as de suas diretorias, sob pena de se desvirtuar sua natureza. Desde seu estatuto, já é clara a distinção: a diretoria é uma de quatro instâncias do Centro Acadêmico (juntamente com a Assembléia Geral, os Departamentos e o Conselho Fiscal) e o XI é a reunião dessas quatro com vistas a constituir órgão de representação dos alunos da São Francisco. O XI, por sua razão de existir, isto é, por sua própria natureza, deve representar a vontade dos alunos e não a de seus diretores, que nessa concepção, não devem passar de servidores dos alunos.

Aqui fica nítida uma forma de conceber o XI, que considero "democrática", por preocupar-se em garantir que a soberania das decisões continue com os representados (os alunos), e que se opõe à concepção "autocrática" ou "dirigista", pregada pela atual oposição à diretoria do XI, defendendo que os diretores, por suas próprias idéias (mesmo que previamente expostas nos "pacotes-programas" oferecidos na época das eleições)

forneçam o conteúdo às idéias do XI.

O valor e o mérito do XI e de seu sucesso residem nos alunos da Faculdade; o XI é mero meio para que eles atuem e é essa atuação que deve ser o único objetivo perseguido pela diretoria do XI. Se os diretores atuam em desconformidade, ou sem considerar a vontade dos alunos, não estão fazendo atuar o Centro Acadêmico XI de Agosto, mas sim outra associação qualquer, voltada à representação de um universo restrito de indivíduos, formado pela "diretoria". Portanto, reitere-se, o único objetivo a ser buscado pelos dirigentes (diretoria) do XI é a participação dos alunos, sendo tudo mais consequência, mero desdobramento; desse modo deve primordialmente a diretoria estar preocupada com o aprimoramento dos meios para que se revele a vontade dos alunos.

A partir desses meios, podem ser identificados pelo menos três modelos básicos de busca da vontade dos alunos, dois deles já experimentados e reprovados na prática. O primeiro é o previsto no atual estatuto do XI e vale-se de instâncias de debates nas quais deveriam comparecer quaisquer alunos interessados: os departamentos, que discutem temas específicos, e a assembléia geral, para temas mais importantes. O princípio fundamental desse sistema é preocupar-se apenas com os alunos "interessados", presumindo que os que não se manifestam, consentem.

Até aí a idéia poderia ser aceitável, pois numa verdadeira democracia os indivíduos não podem ser obrigados a se manifestar sobre tudo; no entanto, a grande falha reside no modo de se aferir o interesse (ou seja, a vontade de participar): não se pode pretender que os alunos em geral tenham disponibilidade para comparecer a todo momento, nos locais e datas designados para as reuniões, o que não significa não terem interesse. Na prática, quando era aplicado, o que acontecia era o comparecimento de um número extremamente restrito de alunos e praticamente todos já comprometidos politicamente com a diretoria ou com a oposição; presumia-se então, de modo claramente demagógico e mal intencionado, que esses poucos falavam por todos (sem ao menos terem

recebido qualquer espécie de delegação de poder dos alunos). Obviamente a vontade assim apurada mostra-se totalmente viciada.

O segundo modelo foi proposto com a eleição para a diretoria do XI da chapa 2. O XI — Uma Abertura de Espaço, consistindo nos plebiscitos fracionados, que se valiam da colaboração dos representantes de classe. Tentou-se abandonar o modelo estatutário anteriormente aplicado, para se instalarem mecanismos de democracia direta: seriam abandonadas aquelas reuniões viciadas e seria buscada a vontade dos alunos com os próprios alunos, nas salas de aulas. Basicamente, os debates seriam levados para as classes, em momentos de tempo disponível a critério de cada classe, coordenados em cada uma por seu representante, culminando com uma decisão que, somada às decisões das outras classes, vincularia a atuação da diretoria do XI. Os próprios alunos e a diretoria do XI poderiam concorrentemente propor os assuntos a serem debatidos.

Devo assumir, no entanto, apesar de ainda defender em teoria esse modelo, que sua aplicação prática não teve sucesso, ou melhor, que nem se conseguiu aplicá-lo na prática, tendo então a diretoria do XI que recorrer aos métodos convencionais de reuniões, aliadas a sondagens informais (perigosas por serem extremamente dependentes da boa fé da diretoria e no seu compromisso com os princípios democráticos) para avaliar a vontade dos alunos, estimulando e buscando garantir sua participação com uma política de abertura.

Por fim, há um terceiro modelo, ainda não aplicado, mas cujas linhas gerais vêm sendo cada vez mais defendidas por alunos, fundado no aprimoramento de mecanismos da democracia representativa, associado com um sistema "parlamentarista". Em linhas muito resumidas, esse sistema funcionaria com uma espécie de parlamento — o CONSELHO POLÍTICO — órgão deliberativo de composição proporcional entre membros (digamos, 50 no total) das várias chapas que disputassem as eleições, o qual tomaria apenas as decisões políticas, ou seja, definiria o posicionamento da entidade e decidiria quais

suas atividades. Ao lado desse Conselho, ainda existiria a Diretoria, mas agora sem nenhum poder decisório, cabendo-lhe apenas executar as decisões do Conselho Político e cuidar da administração, em sentido estrito, do XI; seus membros poderiam ser indicados pelo Conselho (dentre quaisquer alunos, inclusive os conselheiros), guardando sua mesma proporção partidária na composição. A Assembléia Geral e o Conselho Fiscal persistiriam com o mesmo papel e os Departamentos deixariam de existir, podendo eventualmente ser substituídos por comissões permanentes do Conselho Político.

Pelo menos cinco grandes vantagens apresentaria tal modelo, tendo-se em vista os fins anteriormente descritos: a) seria garantida a participação de um maior número de alunos nas decisões: 50 ao menos, além de todos os que comparecessem às reuniões do Conselho Político, podendo se manifestar e influir na decisão dos conselheiros; b) os alunos aptos a decidir estariam revestidos de maior legitimidade, pois teriam sido eleitos para isso; c) não seriam desperdiçadas forças de oposição, como hoje acontece, quando em geral a oposição à diretoria (por orgulho ou interesses pessoais) trabalha contra o XI; desse outro modo o XI poderia contar com a participação efetiva em sua direção de todos os que estiveram motivados para tanto (e que já são tão poucos!); d) o sistema democrático sairia fortalecido, dado o maior estímulo ao debate de idéias e o respeito à opinião da minoria; e) a desvinculação das instâncias de decisão e execução garantiria um controle recíproco e ganharia em eficiência, por tirar a sobrecarga que sofrem os atuais diretores, que muitas vezes na prática decidem ao executar.

Sem a pretensão de se ter resolvido problema tão difícil, que é o da garantia de participação dos alunos no XI e, conseqüentemente, da legitimidade dos seus dirigentes, são essas algumas idéias que podem contribuir (ou sendo aplicadas, ou aprimoradas, ou ainda rechaçadas), não apenas para que o XI possa comemorar mais alguns aniversários, mas também para que possa continuar celebrando seu sucesso.

FERNANDO DIAS MENEZES DE ALMEIDA
5º ANO DIURNO — ÁREA I

Uma razão de ser do Movimento Estudantil

O artigo de Fernando Dias Menezes de Almeida, "A falta de razão de ser do movimento estudantil", publicado no Jornal "O Onze de Agosto" merece algumas considerações críticas:

I — Discurso lógico

O Autor quer "questionar a necessidade e mesmo a validade de um movimento organizado, do qual as pessoas participam desde que sejam estudantes, voltado a discutir os mais generalizados problemas de âmbito nacional". Este questionamento procede de observações quanto às manifestações populares que culminaram "com o afastamento e posterior renúncia do Presidente da República".

O artigo criticando o ME estabelece alguns "tópoi" problemáticos:

1) o ME como organização ligado irresistivelmente à estrutura dos partidos políticos;

2) o distanciamento entre o ME e os estudantes. O desinteresse dos estudantes como prova de "irrelevância" do ME;

3) o ME destacado de uma atualidade. O ME como o "outro" em relação aos estudantes e à sociedade civil. Para o A "Os estudantes foram das poucas vozes não sufocadas pela repressão (sic)";

4) distinção cidadão/estudante: "Na verdade, estão sendo tratados problemas que atingem igualmente todos os cidadãos brasileiros: e é conjuntamente como cidadão, e não como membro de qualquer setor (artificial) da sociedade, que devemos atuar";

5) o ME e o corporativismo. O corporativismo equiparado ao sistema fascista;

6) democracia direta ou democracia representativa — Parlamento como espaço das "grandes questões nacionais". Problemática da falta de "uma consciência do significado da cidadania e dos direitos políticos". Em seguida, o A. pondera: "Poder-se-ia argumentar que então o movimento estudantil se prestaria a defender interesses tipicamente dos estudantes" o que não era objeto do artigo. Mas para o A., a defesa destes "interesses típicos" teriam "traços de corporativismo", "a fortiori" não podendo ser o objeto de atuação de um ME a nível nacional.

Os CAs para o A. fogem do "modelo corporativo" e "parece serem eles os únicos de seus componentes (do ME) que têm razão de subsistir". Os CAs como modelo de representação: "fazendo coincidir o universo dos representados

com o universo de membros de determinada sociedade, no caso a faculdade".

II — Lógica do discurso

O discurso do A. exposto em suas linhas mestras não é lógico nem tão pouco evidente em suas premissas. Uma leitura cerrada dos parágrafos, percebendo os problemas planejadamente não levantados, os exemplos norteadores do artigo, permite evidenciar a lógica do discurso utilizado pelo A.

1) A ligação ME — partidos não foi levada em todas as suas conseqüências pelo A. Se se afirma que os partidos "vêm tentando assumir o comando em centros acadêmicos bem próximos de nós", como o A. tem a posição ingênua de caracterização dos CAs: o CA como estranho ao ME, o CA como os únicos possíveis representantes dos alunos? Se é possível vislumbrar-se uma intrincada relação partido — CA não desenvolvido no texto, o CA está bem longe dos critérios de racionalidade-representativa como quer afirmar o A. Estabelecer mecanismos que atenuem esta ligação é mais útil que propugnar a extinção do ME. Não vejo esta ligação de maneira irresistível como o A: o controle inevitável do partido, pois se o admitisse o próprio CA como organização estaria comprometido. A caracterização dos CAs no final do texto, reduz toda a heterogeneidade do cosmos universitário aos mesmos CAs. O paralelismo faculdade/estudante e país/cidadãos exclui desta "sociedade" os funcionários, o corpo docente e a própria comunidade: redução da faculda-

de aos interesses dos alunos e tão-somente.

2) O problema do distanciamento e a falta de interesse dos alunos pelo ME. Esta questão é grave aos CAs, questão também não discutida no texto graças à lógica do discurso. O CA da SanFran padece de um deslocamento em relação aos alunos, a participação em relevantes decisões é posta de lado: composição de chapas, a movimentação financeira, as discussões "internas" com UNE, DCE. A figura da "Diretoria" dentro da diretoria é estranha aos próprios membros das gestões, mais ainda em relação a toda a faculdade. A falta de interesse não justifica a extinção do ME, nem de CAs posto que é um desvio e circunstancial: a dicotomia liberdade dos antigos/liberdade dos modernos pode ser superada se se vislumbrar uma crescente repolitização da própria sociedade: mais do que nunca, um Sr. na esquina discute regras de privatização, a inflação, as relações internacionais. Há uma repolitização não nos termos da pólis clássica, uma repolitização fora dos "loci" institucionais: um retorno à própria sociedade civil. Quantos estudantes sabem das propostas reais e não somente discursivas dos candidatos do XI? O voto é a moeda mais apreciada nos meses outubro-dezembro na FDUSP. Esta falta de interesse, é forçoso reconhecer, se dá devido a uma desnaturação das células políticas na faculdade. A discussão não se proliferou como se supunha. Se é apoiável um XI supra-partidário, um XI apolítico é irresponsabilidade,

e sejamos francos em admitir a falta de debate político na FDUSP.

3) O ME como o "outro" e a questão da atualidade. O CA também pode ser visto sob este prisma. Mas segundo exposto acima, a problemática é mais abrangente. A repolitização da sociedade em novos "loci" legitima um ME a nível nacional, não o corporativismo dos fascistas como quer argumentar contra o A. reduzindo e valorando brilhantemente a questão. O ME não é o "outro", mas é um importante "locus" quer para questões típicas dos estudantes (também fascistas para o A.) ou questões abrangentes (não se pode fazer esta cisão tão precisamente, importante questão para a tese geral do A. não discutido — não é fácil a identificação de um projeto típico destituído de interesses para a sociedade e vice-versa). O ME como "locus" do debate, como grupo de pressão, confere uma atualidade e necessidade ao movimento organizado. Existem razões para um ME politizado, com CAs politizados: uma prática democrática em todo o Estado passa por uma democratização de todas estas células organizadas na sociedade civil.

4) A cisão aluno/cidadão é uma falsa questão nos termos da reflexão desenvolvida, apenas cabível dentro do paradigma liberal. Um problema que analisado "interna corporis" relaciona-se com a visão unilateral de Parlamento explicitado pelo A. Não levantou o A. porém, a explosão do número de demandas e uma paralela tecnicidade, no tocante ao ME: o problema da LDB, a relação

Universidade-comunidade, financiamentos privados na Universidade.

III — Admirável Movimento Novo

Este tema não requer conclusões, permanece aberto. Importa deixar sinteticamente anotado.

1) o ME é útil em uma sociedade civil em processo de repolitização, em um processo de redefinição do papel do Estado nesta sociedade (não apenas na economia, redução liberal do problema). O ME participa do processo de composição das demandas, deixar esta composição no Parlamento é provocar ainda mais uma deslocação/alteridade dos legítimos interessados: os estudantes das decisões a eles pertinentes.

2) O ME não é o "outro" em relação à sociedade, aos estudantes, aos CAs. O ME é fortemente influenciado por sistemas partidários não por um motivo irrestível. A luta por movimentos supra-partidários passa por uma politização e por um fortalecimento dos CAs e entidades de base mais próximos dos alunos. O CA é o mais importante "locus", deve ser transparente e promover células de discussão política. Estas discussões não se dividem em gerais ou típicas dos estudantes: a Universidade como o foco mais amplo de possibilidades de mudanças, de discussão, de reflexão.

3) O ME tem uma história e tem uma atualidade. Uma história que passa por uma defesa da democracia e uma barreira à ditadura oriunda do Golpe de 1964. Uma história feita com dificuldades e graves perdas. Uma história sim, que teve suas vozes sufocadas pela repressão. A atualidade resgata sempre esta preocupação democrática. Em uma sociedade sem planos para um futuro, o ME é o "locus" das discussões, de problemas portadores de uma universalidade e contemporaneidade de suma importância. A Universidade, os CAs, o ME devem ser políticos, abertos — sem uma participação feita a cartas marcadas — transparentes nas finanças e decisões cruciais para os estudantes.

SAMUEL RODRIGUES BARBOSA
2º DP

O APARELHISMO DAS ENTIDADES DE CLASSE

Ressurge o movimento estudantil. A UNE e todas as entidades estudantis ganham uma grande importância para a sociedade, porém parece não conseguir o mesmo junto às suas bases.

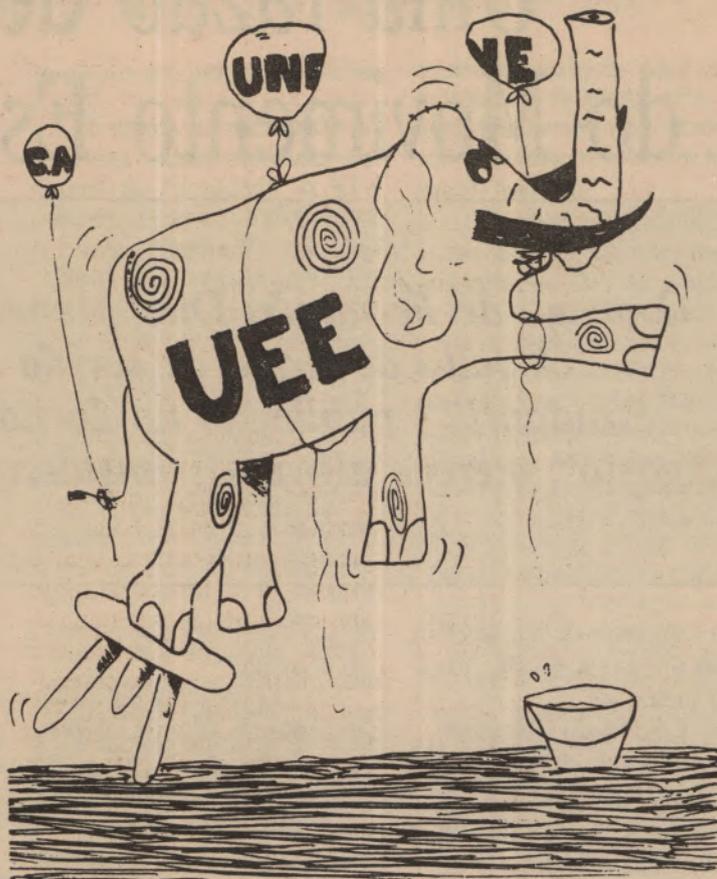
Infelizmente, o movimento social necessita antes de tudo de uma reformulação que passa pelo não aparelhamento de entidades por partidos políticos. Não se trata aqui de querer diretores apartidários (afinal, toda pessoa tem sua ideologia), mas de a entidade tomar decisões com os estudantes e o bom-senso, e não como uma diretoria partidária pré-determinada.

O movimento sindical vem passando por este problema: os interesses partidários estão suplantando o dos trabalhadores e até omitindo discussões importantes. Cristovam Buarque, ministro paralelo do PT, faz uma crítica a seu próprio partido no livro "a Revolução na Esquerda e a Invenção do Brasil", onde diz: "(...) É por essa razão que em um país sem escolas, onde as pessoas não têm como pagar o ônibus, os líderes sindicais são obrigados a fazer campanha para que o governo facilite a venda de automóveis. Essa é uma posição correta de líderes sindicais, cuja função é defender os interesses dos associa-

dos de sua corporação. Não de um partido cujo compromisso é com parcelas maiores da sociedade, e mesmo com o conjunto do país que se propõe a mudar a lógica: empregar trabalhadores para produzir o que trabalhadores comprarão. Especialmente o PT precisa deixar de ser a esquerda radical da classe média e passar a ser o centro do povo. Conhecer e comprometer-se com a pauta das reivindicações que reflitam os interesses da maioria da população, falando a linguagem dessa população" (p. 90). E continua: "A falta de clareza sobre o papel respectivo de partido e de sindicato termina dificultando o partido e o sindicato (...) os sindicalistas passam a ser acusados, muitas vezes com razão, de serem manipulados por interesses partidários, com o que negam suas funções específicas de representantes corporativos e isolam-se de suas bases" (p. 120).

Isso funciona de maneira equivalente no movimento estudantil, não significando esse modo de agir em uma postura apolítica — alienada, mas sim a ênfase na representatividade, que considero a única e verdadeira forma de democracia.

Hoje, é impossível negar dados como os da maioria (+ ou -



90%) da CUT (Central Única dos Trabalhadores) ser do PT e a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) do PMDB. Não poderíamos negar também o total controle do

Sindicato dos Bancários (maior sindicato do Brasil) pelo PT ou da CSC (Corrente Sindical Classista) pelo PC do B. No movimento estudantil é patente também esse

quadro: o DCE-USP e o DCE PUCCAMP são controlados pelo PT, a UNE (União Nacional dos Estudantes) é controlada majoritariamente pelo PC do B, o DCE da FMU é dirigido pelo PMDB (MR-8), e assim por diante.

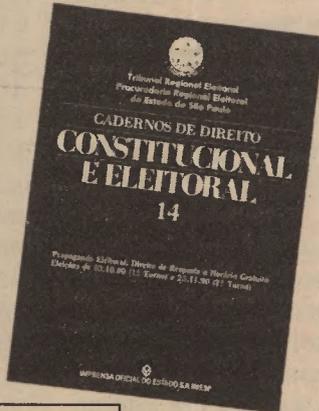
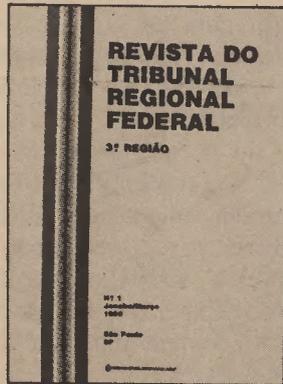
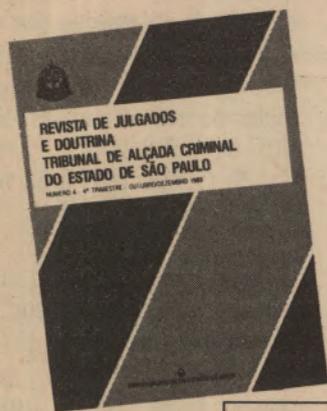
Nossa luta deve consistir em politizar mais e partidizar menos as entidades. Os grupos têm de ser independentes por pressuposto e, a partir daí, desenvolver propostas concretas de luta, se diferenciando nesse segundo ponto. Já passou da hora do movimento social renovar as idéias dos partidos e não os partidos ficarem estreitando os horizontes do movimento social, trazendo propostas prontas de sua cúpula.

Apesar de parecer óbvio, na própria Faculdade de Direito da USP existe um grupo que não pensa dessa maneira, contribuindo para perpetuar essa prática mafiosa do aparelhismo no movimento estudantil, defendendo e aplicando-a nos diferentes momentos (ex: Congresso da UNE).

Está mais do que na hora dos representantes procurarem conhecer esse quadro e contestar a prática dos que os representam.

FÁBIO DE SÁ CESNIK — 2º DI

CONHEÇA E ASSINE



Informações sobre assinaturas:
Fone (011) 264-2989

Faça sua assinatura por correspondência ou, se preferir, diretamente nos endereços:

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
Sede — Rua da Mooca, 1.921 — Fone 291-3344

Filiais/São Paulo: • REPÚBLICA Estação República do Metrô, Loja 516 — Fone: (011) 257-5915 • SÃO BENTO Estação São Bento do Metrô, Loja 17 — Fone: (011) 229-6316 • FILLAIS/Interior: ARAÇATUBA Rua Antônio João, 130 — Fone: (0186) 23-6882 — Ramal 22 • BAURU Praça das Cerejeiras, 4-44 — Fone: (0142) 24-3852 • CAMPINAS Rua Ferreira Pentead, 954 — Centro — Fone: (0192) 32-4926 • GUARATINGUETÁ Rua Frei Lucas, 80 — Fone: (0125) 22-2543 • MARÍLIA Av. Rio Branco, 803 — Fone: (0144) 22-3784 • PRESIDENTE PRUDENTE Av. Manoel Goulart, 2.109 — Fone: (0182) 22-1622 Ramal 365 • RIBEIRÃO PRETO Av. 9 de Julho, 378 — Fone: (016) 625-2345 — Ramal 31 • SANTOS Rua Conselheiro Nébias, 368 — Salas 511 e 513 — Fone: (0132) 34-2071 • SÃO JOSÉ DO RIO PRETO Rua General Glicério, 3.947 — Fone: (0172) 33-4544 — Ramal 146

NÚMEROS ATRASADOS PODERÃO SER ADQUIRIDOS EM NOSSOS BALCÕES DE VENDAS OU PELO REEMBOLSO POSTAL

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP

Solicito assinatura anual da(s) Revista(s):

- JULGADOS E DOCTRINA DO TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assinatura Anual Composta de 4 Edições + Índice
- CADERNOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL
Assinatura Anual Composta de 4 Edições
- TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 3ª REGIÃO
Assinatura Anual Composta de 4 Edições

Marque com "X" sua(s) opção(ões).

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP

SEÇÃO DE ASSINATURAS
Rua da Mooca, 1921 — CEP 03103-902 — São Paulo — SP

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Profissão _____ Tel. _____
Anexo Cheque nº _____
Banco _____
Data ____/____/____ Assinatura _____

Combater a Fome para restaurar a Dignidade

Fomos criados na idéia de que este é um país formidável, dotado de recursos imensos, de um povo cordial e engenhoso, e destinados a um futuro de grandeza. Não se tratava de um ufanismo barato: de 1930 a 1980, nenhuma nação havia conseguido diversificar sua economia nem apresentar taxas de desenvolvimento econômico iguais às do Brasil. De repente, a coisa mudou. Estagnação econômica. Inflação disparada. Escalada assustadora da pobreza. Como se isso tudo não bastasse, veio a barbárie: corrupção sem precedentes na empresa pública e privada, chacina de menores na Candelária, massacre de Ianomâmis, execuções de Vigário Geral, Acari. Entre 24 e 25 deste mês (setembro de 1993), quarenta e sete pessoas foram assassinadas em São Paulo!

O que aconteceu com este país?

Aconteceu que ele se viu engolfado em uma crise econômica, social e política de tamanho porte que está ameaçando o grau de civiliza-

ção a que havia chegado após quase dois séculos de construção nacional. Dos vários fatores que provocaram essa crise, quem sabe o mais importante seja o fator moral. Vinte anos de governos discricionários somados a dez anos de estagnação econômica nos legaram um nível de corrupção absolutamente inédito na história do país. Sem resolver esse problema, o país não sairá da crise.

Nestas alturas, o leitor deverá estar perguntando: “mas o que isto tem a ver com a fome?”. Tem muito. A ética apresenta duas dimensões: uma negativa — o que não pode ser feito — e outra positiva — o que precisa ser feito. Esta segunda dimensão é a da solidariedade. Diz a regra da solidariedade que um ser humano deve ser solidário com outros seres humanos; deve agir a fim de assegurar o bem estar de todos. Violentadas pela ditadura e, logo em seguida, sufocadas pela crise econômica, as pessoas esqueceram completamente essa regra e refugiaram-se em um comportamento defensivo,

verdadeiramente suicida do ponto de vista social. Todos procuram salvar a própria pele, mediante um comportamento que Guillermo O'Donnell, com muita propriedade, chamou de “microrracionalidade perversa”. Trata-se de atitudes de defesa, que são perfeitamente racionais diante das circunstâncias concretas em que os agentes estão colocados, mas que, ao mesmo tempo em que defendem seus legítimos interesses, produzem efeitos colaterais que agravam o contexto que o obrigou a defender-se. Um bom exemplo disso é o do advogado que, para conseguir uma citação, vê-se na contingência de optar entre o suborno do oficial de justiça ou a denúncia da irregularidade ao juiz. Nas circunstâncias em que se vive nos foros brasileiros, o racional é dar logo o dinheiro a fim de não prejudicar o cliente, mas não cabe dúvida de que, ao condescender em praticar essa imoralidade, o diligente causídico está contribuindo para agravar o contexto inteiro dentro do qual exerci-

ta sua profissão.

Novamente o leitor estará perguntando: “e o que isto tem a ver com a fome?”. Muito.

A situação das 32 milhões de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza absoluta é o resultado do somatório dessas microrracionalidades e da perda do senso da solidariedade social. A Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida quer reavivar o sentimento de solidariedade, a fim de dar início ao processo de regeneração do tecido social da nação, gravemente deteriorado pela perda do senso ético das pessoas. Trata-se de atacar a crise moral pelo lado positivo, pelo lado do sentimento de solidariedade, da identidade nacional, da dignidade cidadã.

Espera-se que, começando pelo mais elementar de tudo — ajudar a matar a fome dos indigentes —, as pessoas voltem a pensar na sociedade, no país, na necessidade de reformar a administração para que ela se torne ética e competente, nas políticas públicas que precisam ser implantadas para dar emprego e salário a todos, a fim

de que ninguém tenha de viver da caridade alheia ou da subvenção do Estado.

E espera-se que, voltando a pensar em outros assuntos que não apenas naqueles incluídos na famosa Lei de Gerson, as pessoas comecem a se comportar eticamente: comecem a pagar impostos, recusem-se a corromper o guarda de trânsito, prefiram arrostar o incômodo de reclamar contra um funcionário desonesto a corrompê-lo; não aceitem passivamente agressões aos seus direitos. Em uma palavra: voltem a valorizar a dignidade, a correção, a integridade.

A Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida começa pelo mínimo — dar uma ajuda a quem tem fome —, mas ambiciona o máximo — construir a cidadania democrática para restaurar a honra da nação. Antes disso, nem pensar em desenvolvimento, prosperidade, estabilidade das instituições, tranquilidade social.

Plínio Arruda Sampaio

I — Das crises.

A tentativa de implantação da cultura européia (e, atualmente, também a ianque) em extenso território (do Brasil), dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências.¹

Talvez a maior delas seja o caldo de cultura em que arditamente estamos mergulhados: fora da prosperidade material (urbana, tecnológica e patrimonial) não há prosperidade! Falácia... Pura falácia!

A pior crise sob a qual um povo pode estar subjogado, ao contrário do que pensam os parcimoniosos analistas do ramo, não é a social, nem ao menos a econômica. Pode-se estruturar tal assertiva com propriedade quando se observa o ser humano na sua essência: as mazelas interiores de que todos somos dotados são, em maior ou menor grau, as principais responsáveis pelas mais absurdas escórias que ve-

mos ao longo do orbe.

Urge que suicidemos o homem velho que existe dentro de nós a cada dia, responsável pelos mais mesquinhos dos nossos atos, deixando que nasça o homem novo, dotado cada vez mais de sentimentos nobres e de sabedoria — e não apenas de informações. O processo de compreender (e de amar) não é comparável à imagem do círculo, mas antes à da espiral, porque da “elucidação recíproca” resulta que cada “faceta” vai sendo cada vez melhor compreendida, e este fenômeno repete-se várias vezes (Betti, Gadamer e Hassemer).

Só quem pode aniquilar tais crises interiores são os próprios indivíduos, e não um terceiro, pois cada um tem sua consciência como o julgamento secreto da alma que aprova ou não as ações individuais. Renovemo-nos, pois.

ANTROPOLOGIA E POLÍTICA

“Os Novos Brasileiros”

Egoísmo e altruísmo confundem-se na nossa sociedade paradoxal.

II — Das perspectivas.

Dentro dessa análise, o Brasil vem à tona, e o seu semblante revela o rosto de uma das nações do mundo mais prósperas e desenvolvidas. Longe de ter como causa uma concepção ufanista e nacionalista daquele, a conclusão indubitável a que se chega é a de que, fatalmente, a pátria tupiniquim será o arquétipo de país aspirado por todos os outros, até mesmo por aqueles ditos desenvolvidos, dentro em breve.

Como argumentos que podem ser citados a favor desta afirmação, dois acontecimentos recentes ilustram o fato: o primeiro, ocorrido há mais de um ano, o impeachment do então presidente da República (afastamento: 29 de setembro de 1992). Desconsiderando o mérito da questão e longe de abordar a conduta do renunciado, a vigamestra do ocorrido

foi o fato de que, pela primeira vez na história universal, um cidadão que operava tal cargo fora dele privado. Acontecimento de proporções absolutamente não alcançadas, este processo refletiu, mais do que qualquer outra coisa, a vontade da maioria dos membros da Nação — esta, a verdadeira Democracia, madura e vigilante.

O segundo e mais importante acontecimento, que vem tomando forma ao longo destes últimos meses, é a desprezível e necessária Ação pela Cidadania contra a Fome e pela Vida, movimento que começou de maneira menos pretensiosa ainda. A massa que outrora havia trocado os quadros narcísicos do Palácio do Planalto, canalizou-se amorfamente nessa campanha, passando pelo tímido Movimento pela Ética na Política. Entretanto, a premissa maior de toda essa onda (perdoem-

-me a expressão) é a vontade desinteressada de ajuda ao próximo (e desinteresse, aqui, significa ausência do inescrupuloso sentimento do “toma lá, dá cá”). Por certo, o movimento engrossará feito mingau, e seus coordenadores não quererão se limitar à parca distribuição de batatas e caixas de fósforos. Nesse momento, então, ocorrerá a efetiva revolução qualitativa de nossa sociedade, que ascenderá em moral e justiça, legitimada pela participação de todos e pela discussão dos problemas que fervilham nas mentes dos homens de bem, ansiosos pela sua solução. Charles Sanders Peirce já apresentava, nos idos deste século, proposição que subscrevo: o universo está em expansão. Onde mais poderia ele crescer, senão na cabeça dos homens?

Nesse sentido, e não em outro, temos muito a fazer.

1 — HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil — Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, 25ª edição, pág. 3.

ALESSANDRO MAURO THOMAZ DE SOUZA — 1º DI

DEPOIS DA QUEDA

O Prof. Lobo caiu. A renúncia não foi uma denúncia. Ninguém abdica porque um candidato sem maior expressão na Universidade abuse dos adjetivos, ao levantar questões — algumas descabidas e outras até pertinentes (por exemplo, não há dúvida de que existem as chamadas candidaturas “fecha-lista”). Igualmente não se joga a toalha, porque o decano do Conselho tenha apontado (corretamente) um encaminhamento irregular do processo eleitoral, com a prorrogação de mandatos. Aliás, não é verdade que os mandatos foram prorrogados há quatro anos. Pelo menos os da representação discente. E é muito diferente congelar mandatos de 4 anos e mandatos de um ano. Era perfeitamente possível que as eleições tivessem se realizado no primeiro semestre, com a posse no segundo. Não fazê-lo, quando há uma atuação cooperativa da representação da pós (com lances cômicos, como o pedido de palmas ao ex-reitor quando de esvaziado encontro realizado na sala do C.O., no momento que a comissão dos ocupantes do bloco D procurava colocar suas reivindicações), e a diretoria do DCE-livre da USP está excluída na graduação é, no mínimo, estranho.

Tampouco alguém vai pra casa porque setores da Universidade ligados aos movimentos de estudantes graduandos e pós-graduandos, funcionários e docentes, preguem a realização de eleições diretas vinculativas. Aliás, antes fosse essa a causa real da demissão — ao menos seria um indicador de mobilização e discussão, o que mais uma vez não ocorre satisfatoriamente.

A verdade é que o processo das diretas (com duas vezes consecutivas sem can-

didatos) está se desmoralizando, e se não for mudado o enfoque, estará definitivamente liquidado daqui a quatro anos. Seria razoável trabalhar, de um lado, com uma consulta direta não vinculativa, como instrumento de acumulação de força política em torno de algumas bandeiras importantes, transparência do processo e cobrança de propostas dos candidatos reais; e de outro lado, com um colégio ampliado como o do atual primeiro turno, desde que este fosse o colégio do segundo turno, e se extinguisse a enganação da “lista oitava”. E, ainda que à eleição de lista tríplice em turno único com colégio ampliado não se possa proceder, com as regras atuais, há uma outra providência, de extrema importância, que é perfeitamente compatível com o estatuto: a reunião, no mesmo local, da Assembleia Universitária, nos termos do art. 36, II, EUSP. Isto alteraria a qualidade do processo, porque a eleição seria apenas uma etapa final de uma reunião muito rica.

Não há ainda qualquer relação entre a renúncia e a “defesa da Universidade Pública”. Ao contrário, surgem propostas que se utilizam do nome e da griffe da USP, e encontram eco em editoriais da imprensa, sem terem sido sequer discutidas nos espaços onde se deveria ter travado o debate, em face da política do executivo da Universidade de golpear e enfraquecer o Conselho Universitário, e atropelar as entidades representativas da comunidade. Refiro-me à exumação da proposta de questionamento da gratuidade do ensino público, oriunda dos que hoje dão asilo

político ao ex-reitor. Não que o assunto não possa ser discutido. Mas setores da Universidade já o transformaram em bandeira, antes mesmo de apresentar seus argumentos (e assim permitir que apresentemos os nossos para refutá-los), e trabalham externamente como se fosse esta uma proposta da USP. Quem — que instância os autorizou a tanto?

Nada disso é novidade. O míssil intercontinental disparado pelo Prof. Goldemberg, nas páginas do Estadão é conclusivo.

O Prof. Lobo caiu. E, quem quer que reflita os motivos políticos (abstraindo as interpretações psicológicas, relacionadas com o temperamento e as motivações pessoais do ex-reitor, que como qualquer cidadão tem o direito de tê-las), há de localizá-los na crise de relacionamento entre a reitoria e o governo do Estado, no contexto das denúncias que hoje colocam a necessidade da Auditoria instaurada pelo Tribunal de Contas.

Esta crise, abala, evidentemente, a candidatura situacionista, e põe em xeque o projeto centralizador e excludente que alcançou a direção da USP, e alijou das decisões os Colegiados não-cooperativos com a reitoria e as entidades representativas da comunidade universitária, solapando as condições para o debate democrático, sufocando a riqueza do pluralismo e a criatividade das posições independentes.

Uma postura acadêmica implica em reconhecer os erros. Errou-se na elaboração do estatuto e do regimento da USP. É necessária uma nova e verdadeira ESTATUINTE.

Como a quarta das três

categorias — o D’Artagnan da Universidade — compete à pós graduação intervir nesse momento crítico da USP.

Para além de diretorias fantasmas com mandato expirado em maio, que fingem convocar assembléias fan-

tasmas, onde rege o voto censitário, transformando o estatuto da APG que nós fundamos para ser ampla e participativa, na Constituição da Mandioca, é necessário imprimir um eixo político, a partir de uma discussão aberta e democrática, e colocar a PÓS NA ESTATUINTE.

PAULO SENA
Pós-Graduando

“A LEI DA SELVA”

Falar do Brasil nesses últimos meses é descrever o espetáculo do medo! Como se já não bastassem as idas e vindas de planos e ajustes econômicos — que nem de longe traduzem as reais necessidades de um país e seus cidadãos —, temos, agora, os “massacres institucionalizados”. Refiro-me aos recentes episódios de assassinio de menores, de cidadãos trabalhadores efetuados por membros da polícia militar. Aos quais é delegado, legalmente pelo Estado, o uso da força para garantir a “paz social”.

Há tempos, e não acontece só no Brasil, verificam-se casos em que policiais matam civis, “eventualmente”, a fim de “colocar ordem”. A que proporção isso ocorre e a sua institucionalização crescente num Estado de Direito, constitui a diferença. Nos EUA, na Inglaterra, na Bélgica, por exemplo, os números de mortos não passam da unidade, por ano. No Brasil atinge milhares.

O Estado que é formalmente de Direito em nosso país tem instaurado nos seus cidadãos o cenário da incerteza e da insegurança. Traduzido pela descrença em que deveria promover o bem-estar, a sensação latente de impunidade, de revolta. Essa avalanche social de sensações difusas e desorganizadas pede que se faça justiça. Ela tarda e falha. A partir daí a sociedade reage por si só. Dane-se o Estado! O que ele faz por nós? Instaura-se a lei da Selva!

Ainda que pareça um discurso finalista hobbesiano, trata-se apenas da tentativa de mostrar, previamente, o quão estruturalmente o Estado, a vida social, os direitos humanos têm decaído em nosso país a cada dia. E como a nação precisa do fortalecimento do sistema Jurídico, de sua eficácia social.

Diante disso, cabe a reflexão de qual o papel dos estudantes de direito frente a realidade, que hoje é uma só, clama por mudanças e se chama Brasil!

ANDREA GUALHARDO PALMA — 1º DI

O CAOS DA OMISSÃO SOCIAL

Nos últimos meses a sociedade brasileira vem sofrendo um choque atrás do outro: a chacina de menores na Candelária, os índios Yanomamis, a própria polícia contribuindo com a violência civil em favelas do Rio. A barbárie explode, se alastra sob nossos olhos perplexos que já não podem ficar neutros.

A cada dia duas crianças são mortas, pelo menos uma delas por esquadrões da morte, beneficiados pela impunidade.

A violência contra o menino de rua parece ser a síntese da história política no Brasil. Impossível separar tal fenômeno do fato de que fomos a última nação independente a sair da escravidão. Um país onde a elite continua acreditando que o problema social é caso de polícia.

Desde "PIXOTE", filme de Hector Babenco, ninguém mais tem o direito de desconhecer a existência do massacre sistemático contra crianças, adolescentes, pobres e abandonados.

O problema, quando encarado como anomalia social de assunto policial, parece querer tirar-lhe a politização.

O teatrólogo Nelson Rodrigues costumava dizer que o subdesenvolvimento não se improvisa. É uma obra que demanda tempo.

O Brasil possui 350 milhões de hectares cultiváveis, dos quais apenas 14% estão produzindo. O resultado são mais de 80 milhões de brasileiros com déficit energético consumindo por dia 2440 calorias mínimas necessárias para o organismo.

Apesar dos avanços tecnológicos, num país que exporta aviões, ainda não sabe alfabetizar seus habitantes. De cada 10 eleitores, 6,8 são analfabetos (sendo que basta saber escrever o próprio nome para ser considerado alfabetizado).

A desgraça de nossas crianças provém da história do nosso subdesenvolvimento econômico-social.

A criança torna-se a ponta mais frágil da brutalização política, pois se o pobre tem pouca representatividade, mas pode se expressar nos períodos eleitorais, a criança nem mesmo vota. Não vota, não faz lobby, não manda artigos para o jornal...

As crianças são um retrato vivo das carências nutricionais e educacionais, e espelham a saúde do próprio processo democrático.

A saúde da democracia pode ser medida por alguns dados fornecidos pelo IBGE com apoio da Unicef: 50,5% das crianças brasileiras vivem em famílias cuja renda mensal per capita é de meio salário mínimo. Fala-se de aproximadamente 20 milhões de garotos que vivem na linha da pobreza, e com o futuro provavelmente comprometido, até mesmo pelos estragos na inteligência provocados por uma alimentação deficiente (até os dois anos de idade a parte cerebral da criança se desenvolve. Se mal alimentadas, as deficiências são irreversíveis).

A cada dia, mil crianças morrem antes de completar um ano e a maior parte por deficiência alimentar. 5 milhões de crianças até 7 anos são vítimas da desnutrição. Enquanto o caos se alastra, 86% das nossas terras cultivadas estão paradas improdutivas.

Em alguns locais a mortalidade infantil atinge níveis próximos a Bangladesh e

de Serra Leoa, o país mais pobre do mundo, segundo os documentos da ONU.

25% dos brasileiros são considerados nãnicos no Nordeste. Este número chega a 40%. Somente por um milagre uma criança desnutrida será um bom aluno. Não é à-toa que, de cada 100 alunos, apenas 13 concluem o 2º grau. Milhões de garotos vão à escola apenas em busca da merenda escolar. No Nordeste é comum uma professora primária receber um quinto de salário-mínimo.

Não houve um país que desse um salto de desenvolvimento apostando na ignorância de sua população.

Países que transformaram a educação em obsessão nacional como o Japão e a Alemanha, vêm dando um show tecnológico e abocanhando os mercados mundiais.

Os EUA e o Japão investem 4% do PIB em educação e o Brasil investe apenas 1%, sendo que o PIB brasileiro é dez vezes inferior ao americano.

Não parece, portanto, que agregar as massas ao processo produtivo e à cidadania seja prioridade. A cidadania não se forja no registro eleitoral, mas na escola. Segundo dados levantados pelas Nações Unidas (Human Development Report, indicadores sociais), o Brasil aparece em condição super vantajosa em consideração ao seu PIB, mas despenca para 60º lugar quando avaliada as condições reais de vida, bem a baixo de países como Chile, Venezuela ou Argentina, países que nem de longe tiveram o crescimento econômico brasileiro nesse século, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, cerca de 7% ao ano em média, mas não é apenas a péssima concentração de renda que explica a miséria (1% da população rica detém 14,6% da renda, enquanto 10% das populações mais pobres detém 0,8% das rendas).

Somaram-se no Brasil vertiginoso aumento populacional, a expulsão do campo, a falta de condição de absorção das cidades e a má distribuição de terra e renda. Surge no Brasil uma espécie de guerra civil não declarada. Só em 1989 houve no Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, 50 mil homicídios, um número maior do que soldados americanos mortos na Guerra do Vietnã. É o salve-se quem puder (!).

Mas já estamos saindo da inércia, com inúmeras reações, desde Comissões Parlamentares de Inquérito no Congresso e Assembleias Legislativas até inquéritos abertos por entidades como a OAB até empenho do governo federal.

Já existe na faculdade um grupo de cidadania que através de visitas às favelas e escolas, vem buscando conscientizar e mobilizar a população.

Além disso, lançou cartilhas informativas e explicativas sobre os Direitos do Consumidor e sobre o Tribunal de Pequenas Causas. Este grupo conta com a ajuda de professores, tais como o Prof. José Eduardo Faria e o Prof. Enrigue Lewandovsky, que vem realizando eventos fundamentais na formação de cidadãos.

Iniciativas como estas devem ser incentivadas e principalmente receber ativa participação dos alunos. Participem!

BEYLA ESTHER FELLOUS — 1º DI

Representação e Democracia

"Quem usufrui o arbítrio não o elimina, para não perdê-lo. Maneja-o, maneira-o, ajeita-o, avança e recua." Ulysses Guimarães

Após três tentativas frustradas por diferentes motivos (em 1954, pelo suicídio de Getúlio; em 1955, pelo "Golpe da Legalidade" do Marechal Lott; e, em 1961, pela Emenda Parlamentarista), os militares empalmam o poder no golpe de primeiro de abril de 1964, dispostos a não abrir mão dele por muito tempo. A falência do Poder Civil, seguem-se o arbítrio, a intolerância e o autoritarismo como palavras de ordem do regime ditatorial-tecnocrático recém-instaurado. A primeira medida de perpetuação no poder foi a "limpeza de área" promovida pelas cassações e exílios.

Apesar da cassação das grandes lideranças políticas do País, a oposição vence as eleições de outubro de 1965 nos principais Estados envolvidos. Para evitar a repetição desse fato, são extintos os partidos políticos, suspensas as eleições diretas para presidente e governadores e posto "em recesso" (isto é, fechado) temporariamente o Congresso, que seria reaberto apenas para referendar a carta outorgada pelos militares à Nação. Por medo ou fisiologismo, a maior parte dos parlamentares adere ao partido governista (ARENA), sendo poucos os que ingressam na oposição consentida (MDB). Garantiu-se, assim, a obediência da quase totalidade do Congresso aos mandos e desmandos da ditadura.

Essa situação de servilidade do Poder Legislativo manteve-se até 1968. Começaram os protestos contra o regime. As Forças Armadas pressionavam para o endurecimento e radicalização total da ditadura. Em um gesto ousado para tentar recuperar a independência do Legislativo, a Câmara (apesar da imensa maioria governista) nega permissão ao governo para processar o então deputado Márcio Moreira Alves, autor de um discurso "ofensivo" aos brios militares. A resposta veio com violência brutal: era baixado o AI-5, seguido de prisões, cassações, torturas, banimentos, exílios e mortes. O regime fecha-se totalmente, pondo "em recesso" por tempo indeterminado o Congresso. Era a ditadura total e absoluta.

Praticamente fechado todo o tempo entre 1968 e 1974, o Congresso só era reaberto para referendar a escolha (já decidida nos altos comandos militares) do novo general-presidente no colégio eleitoral. Mas, com as promessas de abertura, começou a ser necessária maior participação do Legislativo nos atos governamentais. Além disso, mesmo mutilada por inúmeras cassações, a oposição começava a crescer. Era preciso garantir que a camarilha que rodeava e incensava o governo se perpetuasse indefinidamente no poder. A ditadura resolve mudar arbitrariamente as regras do jogo político. Sob o pretexto da recusa de um projeto de reforma do Judiciário, o "general da abertura" põe "em recesso" o Congresso e impõe uma série de medidas no chamado "Pacote de Abril", de 1977. Visando garantir a maioria dos congressistas, a ditadura aumentou o número mínimo de deputados

de 3 para 5 por Estado e de 1 para 2 por Território. Aumentou-se desproporcionalmente as bancadas dos Estados menos populosos e mais pobres, portanto, mais dependentes das verbas do Poder Central. Teve início assim, no famigerado "Pacote de Abril", esse cancro da nossa atual Democracia, imposto pelo acaso de um regime que queria perpetuar-se de qualquer modo no poder, mesmo que, para isso, fosse necessário destruir o equilíbrio entre os diversos Estados da Federação.

Após a Anistia de 1979, o Poder Legislativo recuperou algumas de suas antigas atribuições. Mesmo com a desproporção entre o número de deputados por Estado, a oposição continuava crescendo. Em 1982 iriam ocorrer as primeiras eleições diretas para governadores desde 1965, juntamente com a renovação da quase totalidade do Congresso (que não mais podia ser fechado ou posto "democraticamente em recesso"). Com o intuito de aumentar o controle fisiológico sobre os parlamentares, um decreto eleva o número mínimo de 5 para 8 deputados por Estado. Além disso, continuava-e a executar uma política oportunista de criação de Estados (como Mato Grosso do Sul, em 1979, e Rondônia, em 1983). O equilíbrio federativo sucumbiu de vez nos últimos estertores do regime militar.

Com a Redemocratização, convocou-se uma Assembléia Constituinte, para onde voltaram-se todas as esperanças do País. Porém, não removeu-se o chamado "entulho autoritário" das leis eleitorais e de composição do Congresso Nacional. O que se viu foi a eleição de deputados e senadores regrada por normas estabelecidas pela ditadura. A Constituinte, que deveria representar todo o povo brasileiro, acabou privilegiando poucos em detrimento de setores muito mais amplos da sociedade. A comissão encarregada de elaborar o anteprojeto incluiu como uma das principais medidas a volta da proporcionalidade no número de deputados. Entretanto, eleitos por uma estrutura viciada de ranço autoritário, os constituintes cometeram o erro histórico de manter a desproporção. Dessa maneira, a Constituição de 1988, dita "Constituição-Cidadã", mantém um dispositivo de cunho autoritário, que causa ressentimentos entre as nossas diversas regiões (podendo chegar a ameaçar a própria unidade nacional): a separação dos brasileiros em cidadãos de primeira e de segunda classes. Tornamo-nos um país democrático onde um cidadão não equivale a um voto. Muito mais do que uma questão regionalista ou numérica, restaurar a representatividade é uma condição essencial para a consolidação das instituições democráticas. Só então, depois de restabelecida a proporcionalidade no número de deputados por Estado, quando todos os cidadãos forem realmente iguais ao votar em seus representantes, poderemos dizer que o Brasil, finalmente, é uma plena Democracia.

GILBERTO BERCOVICI — 2º DI

Uma Casa na Avenida São João

Mais uma vez um estudante da Casa vem falar sobre o futuro do XI de Agosto, agora nos 90 anos de sua existência. E mais uma vez, ainda, o artigo que é publicado corre o risco, quase certo, de cair no esquecimento sem provocar efeitos ou, pelo menos, efeitos relevantes. Não se estabelece um debate voltado para um desfecho eficaz ou nem se comenta o assunto. Pelo menos em princípio...

Como todo o Centro Acadêmico, o XI de Agosto tem como função intervir junto à Faculdade e junto a outros órgãos da sociedade na defesa de interesses dos alunos, além de organizar-se para o atendimento de necessidades desses mesmos alunos. E no momento presente as necessidades saem por todos os lados, tantas são, começando pela eterna precariedade do funcionamento da Faculdade, passando pela falta de instalações razoáveis para o XI de Agosto, e culminando na indefinição quanto a mudanças que vem se operando na Reitoria (como a criação do Curso de Pirassununga) e na Diretoria (como a instalação do prédio da Rua Riachuelo). Nem em sonho se pensa em duvidar da preocupação da Diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto ou da Faculdade de Direito da USP quanto a esses problemas. O que se propõe é mudança quanto à forma de abordá-los tendo em vista com mais clareza a função do XI de Agosto e o papel exercido pela Faculdade do Largo de São Francisco na sociedade brasileira.

E aqui se impõe a segunda

parte da questão: será que o nosso Centro Acadêmico não se dedica em excesso aos problemas externos, gastando uma parcela de esforço que deveria ser despendida dentro da Casa? Não se cogista, aqui, de tornar o XI de Agosto alheio às questões da sociedade civil ou do Estado brasileiro, mesmo porque a presença dele na solução dessas questões gera dividendos sempre bem-vindos. O que se afirma é que há uma ligeira distorção no modo de ver as coisas. Porque o que parece evidente a toda gente é que a presença deste Centro Acadêmico na vida nacional visa a afirmação e o envolvimento do estudante nessa mesma vida nacional, bem como a afirmação da entidade como interlocutora privilegiada na arena política e social do Brasil em função da correção e oportunidade de suas intervenções.

No entanto, as virtudes que permitem ao XI de Agosto conseguir o respeito de parcelas relevantes da sociedade começam na atenção que ele dedica aos alunos da Faculdade, tanto para a melhoria das condições de estudo quanto para a participação na dinâmica sócio-política do Brasil.

E, afinal de contas, o bom aprendizado será frutífero para o futuro de todos os alunos. Uma participação política esporádica, só para alguns.

Mas os outros, que não se

envolvem tão intensamente na atividade política, também são membros deste Centro Acadêmico e têm suas razões, que não podem ser afastadas de pronto.

Afinal, o que se vê é um esforço tremendo derrubar o Presidente da República. Causa de cuja legitimidade ninguém duvida. Mas, vale lembrar que o estudante que foi fazer pressão para a queda do Presidente, foi com o estômago cheio por aquele algo que se serve no bandeirão, deixando uma faculdade em que os banheiros são intransitáveis e as bibliotecas fecham com o pôr-do-sol (e que se lixem os alunos do curso noturno). Já se repetiu à náusea, inúmeras vezes, o que se disse neste artigo. No entanto, a situação desta faculdade exige que se deixe claro e se repita de uma vez por todas: o aluno é o alvo privilegiado da ação do Centro Acadêmico. Ele é o associado, o contribuinte e o membro.

A esse respeito, releva lembrar que um Centro Acadêmico revigorado pode reverter o quadro bizarro das contribuições, fazendo com que os veteranos se disponham a pagar anualmente suas contribuições e deixando de ser a matrícula dos calouros o momento em que realmente se arrecada dos alunos neste Centro Acadêmico.

E com a afirmação do Centro Acadêmico XI de Agosto fora e DENTRO da Faculdade não lucrarão somente os alunos. Tam-

bém os professores terão sua reputação enriquecida, já que serão conhecidos como os docentes de uma faculdade que mantém seu padrão que, de resto, dispensa qualquer apresentação. Também os membros da Diretoria, tanto do XI de Agosto quanto da própria Casa, receberão os dividendos dessas mudanças já que dela terão participado. Ambos, professores e diretorias, podem e devem, legitimamente dar a conhecer, divulgar, as credenciais que sua posição nesta Casa lhes dá. Credenciais que serão tão mais respeitadas quanto maiores forem as melhorias que aqui dentro se aplicar.

Não se busca atacar uma ou outra pessoa, uma ou outra chapa para as eleições das Diretorias, como já foi dito. O que se quer é o aperfeiçoamento do XI e, por consequência, da Faculdade. E, para isso, importa lembrar que **Quem faz pressão para derrubar um presidente da República também pode exigir mudanças dentro do lugar onde estuda e conseguiu-las.**

Alí reside o ponto prático. Se se pensa na possibilidade de se conseguir o esforço conjunto e EFICIENTE de um Centro Acadêmico que goza de grande reputação na mídia e de um corpo docente que fez e faz ministros, desembargadores, juristas e altos consultores aos montes, pode-se pensar também na efetiva reforma desta Casa.

Lembre-se que mais de uma vez foi essa composição de esforços aliada à eficiência no uso desses esforços que trouxe grandes benefícios para esta Faculdade. Basta ser citados os acontecimentos de novembro de 43, quando a invasão do XI de Agosto pela polícia gerou tamanha reação entre os professores, então membros ilustres e influentes da sociedade paulista, que Vargas se viu obrigado a relaxar de pronto, "ex officio", as prisões então efetivadas; e acentuou-se claramente no ditador a impressão de que com o Largo de São Francisco não se brincava.

E, com isso, há dois caminhos para o futuro, nesse aniversário de 90 anos: o primeiro, tenebroso, é a dúvida quanto à viabilidade e mesmo quanto à legitimidade do XI de Agosto que, como toda pessoa jurídica, não é eterno e tem que funcionar para não morrer. O outro caminho é o de um XI de Agosto melhorado, mais bem instalado, com um espaço de lazer conveniente e descobrindo com mais eficiência seu poder de barganha. Um XI de Agosto que vá junto com a sua Faculdade para ser mais que o Centro Acadêmico da mais famosa faculdade de Direito da América Latina.

Enfim, para fazer ainda mais e melhores juristas, executivos, políticos, altos burocratas, advogados e artistas, dando a entender aos governos incompetentes e despóticos que o Largo de São Francisco tem donos que vigiam. **NELSON JARDIM YAZAKI** — 3º DP

Academia de Letras: Museu para Jovens Imortais?

Inicialmente, e julgo necessário tal prólogo breve, deve-se adiantar que tal artigo não ensaja uma crítica ferina, parcial e mordaz ao trabalho (qual?) desenvolvido pela Academia de Letras nestas Arcadas. Antes, compila tão-somente reflexões concernentes ao suposto papel desta instituição já sexagenária na articulação de uma prática cultural nesta Faculdade.

Desta forma, promoveu-se no início deste ano grande alarde ao redor desta Academia de Letras com a realização de um Concurso Literário para o preenchimento de nove cadeiras vagas (sintoma de decadência?) e a comemoração, isso já em fins do ano passado, dos sessenta anos desta instituição cultural de São Francisco, pela qual já passaram Jânio Quadros, Lygia Fagundes Telles, Franco Montoro e outros brasileiros ilustres.

Paradoxalmente ao burburinho "acadêmico" inicial, ainda recheado com uma ética regada a vinho no título de Julius Frank e a publicação de um único número da revista Vinhatinta, observa-se, e isso infelizmente, a inexistência efetiva de um planejamento cultural embasado em

premissas duradouras, o que é função primordial da Academia de Letras.

Coerentemente, afinal, o que ocorre é que após preencher suas cadeiras com novos jovens imortais, esta Academia de Letras fechou-se dentro de suas angústias existenciais, numa agonia lenta e indiferente à carência cultural desta Faculdade.

Infelizmente, o que se observa é o isolamento progressivo da Academia de Letras, incapaz de vencer seus limites estreitos marcados por seu mural improdutivo e suas reuniões esporádicas e abafadas pelo hálito de um seu desta instituição moribunda.

Assim, com tais críticas marcadas sobretudo pela imparcialidade, espero reacender o debate cultural nas Arcadas, contribuindo para o resgate imediato do papel histórico-cultural da Academia de Letras como patrimônio desta Faculdade e instituição dinâmica e realizadora em seu objetivo de promotora cultural numa sociedade carente de saber e eivada pelo analfabetismo.

Fabiano Marques de Paula — 1º DI

Vai falar: O Grupo de Teatro da São Francisco

A idéia de um grupo de teatro na Faculdade de Direito da USP não é nada recente. Grupos importantes, com artistas que hoje fazem parte do primeiro escalão do teatro nacional, nasceram nas Arcadas, influenciando imensamente o cenário das artes brasileiras.

O marasmo artístico que atingiu o meio universitário na década de 80 prejudicou a continuidade dessa história que tanto nos orgulha. Várias tentativas de criação de grupos de teatro na São Francisco foram feitas, mas as dificuldades, sempre grandes, terminaram por adiar esses projetos.

A ARCÁDIA

Em 1993, um grupo de alunos da São Francisco decidiu recriar o núcleo de Teatro Autônomo. Foi chamado para dirigir o grupo o autor e diretor Newton Milanez, da EAD (Escola de Arte Dramática da USP) e, em abril, nascia então a "ARCÁDIA CIA. TEATRAL", com um nome muito pomposo, mas com uma história inteira para construir.

A intenção primeira ao criar-se esse grupo era desenvolver um trabalho de laboratório, com utilização de jogos e exercícios de entrosamento, desinibição, e oficinas de preparação vocal e corporal. No entanto, a idéia de uma montagem veio logo, acompanhada da notícia de que em setembro iria realizar-se em Pirassununga o 3º Festival de Teatro Universitário da USP. O grupo, então, decidiu participar do Festival, direcionou suas oficinas para a montagem. O texto escolhido foi "A Velha

Língua Tece a Teia", de Léon Romero, adaptado do texto poético de Ferreira Gullar "Crime na Flora, ou Ordem e Progresso".

Começaram os ensaios, e a Arcádia se virava para aproveitar os espaços nem sempre disponíveis. Houve dias em que o palco era o bandeirão, ou a salinha do XI, o hall do Salão Nobre no 2º andar, o auditório da FGV, salas da EAD e até um espaço alternativo no CRUSP...

No entanto, o Festival era em setembro, e não havia muito tempo (apesar dos ensaios durante as férias) para tentar resolver-se esses problemas estruturais... Com uma graninha do "Seu" Nelson da Cultural, do XI, e de algumas pessoas que contribuíram para a montagem, aliado a um cronograma mais do apertado, partiu-se para Pirassununga. Com a cara e com a coragem.

O FESTIVAL

Sediado no Campus da Veterinária e Zootecnia da USP, o Festival recebeu grupos da USP e da UNESP, vindos das mais variadas partes do Estado: Bauru, Ribeirão, Piracicaba, São Carlos, sem contar as Unidades do Campus de São Paulo (Filosofia, FAU, FEA, por exemplo). Foram dez dias dedicados ao teatro: Oficinas, debates, peças, festas...

Na quarta-feira, 8 de setembro, a Arcádia apresentou sua montagem. E, para surpresa de todos (e alívio nosso) "A Velha Língua" foi um sucesso. O que se viu na estréia desse grupo foi uma interação inexplicável,

quase mágica, e que fez da Arcádia um forte concorrente aos prêmios.

A PREMIAÇÃO

Um júri especializado, composto por jornalistas, dramaturgos e atores, outorgou ao espetáculo a indicação de Conjunto de Interpretação, e os prêmios de Realização Visual, Realização Dramatúrgica e Melhor Montagem. Voltamos para São Paulo com o convite para apresentar a peça em 7 cidades, e com a promessa de apresentação no TUSP da Capital, no final do ano.

Para a Arcádia, isso foi a certeza de que, apesar das condições adversas (falta de dinheiro, falta de espaço, brigas internas) temos condições de crescer e fazer um teatro sério. Para a São Francisco, é a certeza de que o que temos de mais precioso é o material humano, que vaga deslocado no caminho do Fórum para o escritório, e do escritório para a Faculdade, sem saber o que fazer com a criatividade latente que pulsa nesses anônimos artistas. É isso o que queremos: deixar de ser anônimos.

NEWTON MILANEZ (EAD) TATIANA PASCHOALI (4 DP)
ANDREA DAMIANI (4 DI) NIJALMA DE OLIVEIRA
RODRIGO LOBO (3 NP) ISABEL ENEI (5º ANO)
ALEXANDRE SPRANGIN (5º ANO) HELENA BONILHA (3 DI)
BETO KLEIMAN (2 NP) PAULA CAETANO (2 NP)
LEANDRO PIRA (1 NP)